AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 45 | Nº 02 | FEVEREIRO 2025



RENTABILIDADE DO AGRO

APÓS MAU DESEMPENHO PARCIAL EM 2024, SAIBA O QUE ESPERAR DE 2025

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

INFLAÇÃO DE ALIMENTOS COMO O GOVERNO PODE AJUDAR SEM CRIAR DISTÚRBIOS NO MERCADO

REGULAÇÃO AMBIENTAL EM 2025 OPORTUNIDADES E OBSTÁCULOS PARA O BRASIL

INOVAÇÃO NO CAMPO DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO AGRONEGÓCIO



TRANSFORME SUA LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO COM O PROGRAMA

CEO AGRO DA FGV

Integre inovação e sustentabilidade no agronegócio com o programa **CEO Agro da FGV**. Explore tecnologias avançadas e práticas sustentáveis, melhorando a eficiência e garantindo o desenvolvimento do setor.

Desenvolva habilidades para enfrentar desafios globais e promover uma gestão eficiente. O conteúdo aborda desde a competitividade global até a governança digital, preparando você para decisões estratégicas.

Participe de uma imersão exclusiva que combina teoria e prática, ampliando sua rede de contatos e gerando novas oportunidades de negócios.

Torne-se um líder transformador no agronegócio sustentável.

SAIBA MAIS

ALTA GESTÃO FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherne Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

CONSELHO CURADOR
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)
Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kasznar, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Guilherme Bastos, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Sérgio Bortolozzo e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Coordenação de Produção: Karina Souza
Capa: Isabella Lima e Marcela Pereira Lima
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão e Edição Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade e Comercial: Ana Caroline Teshima
Estagiário: Tiago Gelly Lorente

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

agroanalysis@fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

PATROCÍNIO

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

BASF
We create chemistry

abag

unica

agroceres MULTIMIX

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

MARGENS PRESSIONADAS EM 2024 E DESAFIOS PARA 2025

O ANO de 2025 teve início com alguns choques sobre a economia mundial cujos desdobramentos precisarão de tempo para ser compreendidos e digeridos. O segundo mandato do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, já trouxe ameaças de importantes atritos comerciais. Nesse contexto, alguns países preferiram ceder e buscar a abertura de um canal de diálogo (como o Canadá e o México) e outros optaram por uma retaliação, inclusive tentando aumentar o seu poder de barganha em uma possível negociação (como a China). De qualquer forma, o comércio internacional deverá operar sob maiores incertezas, com custos mais elevados e em uma reconfiguração que ainda não está clara.

Como as ameaças foram menores do que aquelas antes prometidas, o dólar enfraqueceu-se diante de outras moedas. Enquanto o Brasil iniciou o ano com uma taxa de câmbio acima de R$ 6,10/US$; no começo deste mês, a moeda norte-americana já era transacionada abaixo de R$ 5,80. Apesar da menor pressão do lado cambial, os mercados de juros futuros ainda precificam uma taxa de juros de quase 15% para os papéis com vencimento em um ano. Ou seja, os custos de financiamento, inclusive para o universo agro, estarão elevados ao longo de 2025.

Por trás dessa elevação dos juros futuros, há o desconforto do mercado com relação ao desequilíbrio das contas públicas e à trajetória de elevação da dívida pública. Ampliando esse desconforto, a inflação no Brasil está acelerada e as expectativas de mercado sugerem que ela não conseguirá ficar dentro do atual intervalo de tolerância do regime de metas ao final do ano. As contas públicas em desequilíbrio e a inflação distante da meta pressionam o Banco Central do Brasil (BCB) a manter uma política monetária apertada, retroalimentando a deterioração da evolução da dívida pública.

O cenário de 2024, que explica a conjuntura apresentada nos parágrafos anteriores, também contribuiu para comprimir as margens de diversos segmentos do universo agro. De acordo com uma análise trabalhada em artigo, das principais cadeias analisadas do setor, na média, nenhuma conseguiu obter um retorno superior ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acumulado em 2024. Na realidade, apenas a produção de cana-de-açúcar conseguiu obter uma margem superior ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). No entanto, é importante lembrar que o estudo não contemplou, por exemplo, as cadeias de café e laranja, as quais, possivelmente, tiveram um ano bastante positivo em termos de rentabilidade.

Apesar das margens, no geral, menores para as atividades associadas ao universo agro, a sociedade amargou uma inflação de alimentos mais acelerada em 2024 (8,2%). Essa alta foi apontada como uma das principais vilãs para a perda de popularidade do governo federal. Diante desse diagnóstico, o Palácio do Planalto tem anunciado medidas focadas no curto prazo para conter a alta dos alimentos, em detrimento de medidas estruturais, que, embora sejam opções menos imediatas, trazem resultados mais duradouros. O mercado, contudo, não tem reagido bem às medidas propostas, e, mesmo com a safra recorde de grãos, a inflação de alimentos deve permanecer acelerada ao longo de 2025, puxada, principalmente, pelas proteínas e pelo café.

Mesmo com as turbulências que o comércio internacional tem testemunhado neste início de ano, a perspectiva é de que a agenda ambiental avance na implementação das Leis que evoluíram em 2024, quando foram discutidos temas como mercado de carbono, biocombustíveis, biotecnologia e medidas ambientais no comércio internacional. Ademais, em novembro próximo, o Brasil sediará, em Belém, a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês), onde serão abordados temas globais relevantes. Esse evento pode servir como uma importante vitrine para o País, que não deve deixar de aproveitar para demonstrar a sua liderança nas questões relacionadas à sustentabilidade.

Por fim, logo na passagem de janeiro para fevereiro, o mundo foi surpreendido com a disponibilização de uma nova plataforma chinesa de inteligência artificial (IA): a DeepSeek. A geração de inovações, aplicações e ferramentas derivadas das tecnologias associadas à IA tem crescido de forma muito acelerada. Todos os profissionais que atuam no universo agro precisam acompanhar esse desenvolvimento de maneira bem próxima. O setor destaca-se na economia brasileira justamente pela sua habilidade de incorporar inovações ao longo das diferentes esferas dos seus processos produtivos. Tal "tradição" tem de ser preservada diante desse novo paradigma. ■

04 EDITORIAL

06 AGRODROPS

13 MERCADOS & NEGÓCIOS

13 CAPA INFLAÇÃO DE ALIMENTOS: POPULISMO DE CURTO PRAZO É UM ERRO

17 CAPA EXPECTATIVAS PARA OS MERCADOS AGROPECUÁRIOS EM 2025



21 POLÍTICA AGRÍCOLA

21 NOVA FARM BILL CHEGA AOS ESTADOS UNIDOS EM 2025

23 POLÍTICA AMBIENTAL

23 CAPA REGULAÇÃO AMBIENTAL E EXPECTATIVAS PARA 2025

27 GESTÃO

27 CAPA IA E OUTRAS MODERNAS TECNOLOGIAS TRANSFORMANDO O AGRO



29 SUSTENTABILIDADE

29 MONITORAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

31 DESAFIOS CLIMÁTICOS E A SAÍDA DE GRANDES BANCOS DA NZBA

33 AGROICONE
ETANOL DE MILHO: SISTEMAS DE 2ª SAFRA E TRADICIONAIS

35 AGRICULTURA REGENERATIVA
AGRICULTURA REGENERATIVA: A TEORIA CRUZA COM A PRÁTICA

37 FAESP
ANO COMEÇA COM SINAIS TROCADOS QUE PENALIZAM O AGRO

38 PRODUZIR
EXPECTATIVA DE CRÉDITO MAIS CARO PARA O AGRONEGÓCIO

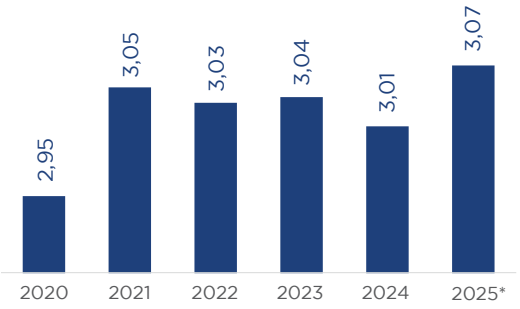
39 OPINIÃO
SÃO PAULO É O LÍDER AGROAMBIENTAL DO BRASIL

40 REFLEXÃO
SEMPRE FOI E SERÁ AGRO

PERSPECTIVAS FAVORÁVEIS PARA A CARNE SUÍNA EM 2025

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), o volume total produzido de carne suína brasileira para este ano deverá atingir 5,53 milhões de toneladas, representando um aumento de 2,8% frente ao ano anterior. Em relação às vendas externas, a projeção é de 1,22 milhão de toneladas – um incremento de 6,6% na comparação à de 2024. No caso das exportações, o aumento deverá ser favorecido pelas ações promovidas pelo setor para aumentar a capilaridade do mercado frente à redução gradual das compras de carne suína pela China. Ou seja, o aumento das exportações para outros destinos deve mais do que compensar a queda das exportações para a economia chinesa. Vale destacar que o consumo doméstico do Brasil de carne suína deverá subir 1,83% neste ano, conforme projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). Esse movimento será favorecido pelos elevados preços da carne bovina no Brasil.

BRASIL: CONSUMO DOMÉSTICO DE CARNE SUÍNA
(MILHÕES DE TONELADAS)

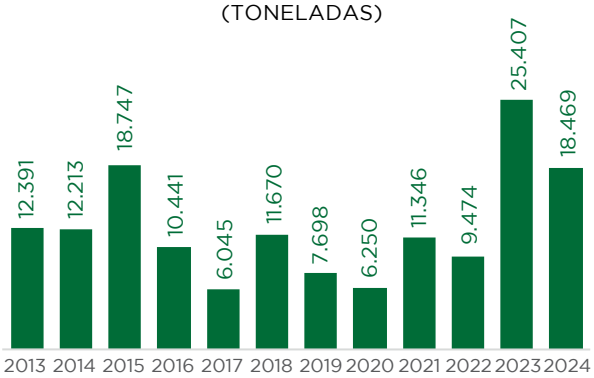


*Projeção
Fonte: USDA

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE OVOS RECUAM EM 2024

As exportações brasileiras de ovos, incluindo produtos *in natura* e processados, somaram 18.469 toneladas em 2024, marcando uma queda de 27,3% em relação ao volume exportado no ano anterior, de acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). A receita do setor também apresentou retração, totalizando US$ 39,2 milhões, 37,9% abaixo dos US$ 63,2 milhões contabilizados em 2023. Apesar da queda frente ao ano anterior, as exportações mantiveram-se em patamares bem acima do ocorrido entre 2016 e 2022. Além disso, em dezembro de 2024, o volume exportado ultrapassou 2 mil toneladas, correspondendo a um crescimento de 116,8% frente ao registrado no mesmo mês de 2023. Em receita, a expansão foi de 72,2%. Com isso, de acordo com a ABPA, o fim de 2024 marcou o início de um fluxo positivo nas exportações brasileiras de ovos, em patamares que deverão se sustentar ao longo deste ano.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE OVOS
(TONELADAS)

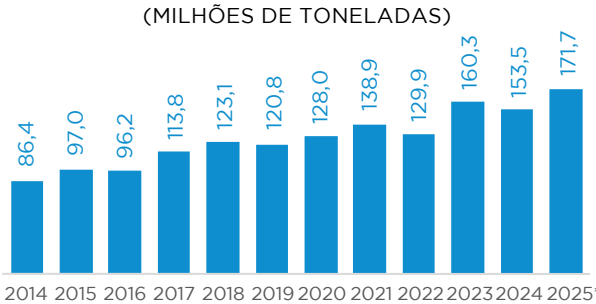


Fonte: ABPA

CENÁRIO POSITIVO PARA O COMPLEXO SOJA DO BRASIL EM 2025

De acordo estimativas da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), a produção brasileira de soja deverá alcançar 171,7 milhões de toneladas neste ano, correspondendo a uma expansão de 11,9% frente a 2024, quando a safra foi atingida por problemas climáticos. Para as exportações de soja, a perspectiva é de um avanço de 7,4% ante as de 2024, devendo totalizar 106,1 milhões de toneladas. Ademais, a ABIOVE prevê que o processamento interno da soja também alcançará patamares inéditos, alcançando 57,1 milhões de toneladas destinados ao esmagamento. Isso, segundo a associação, deverá resultar na produção de 44,1 milhões de toneladas de farelo de soja e 11,4 milhões de toneladas de óleo de soja.

BRASIL: PRODUÇÃO DE SOJA
(MILHÕES DE TONELADAS)



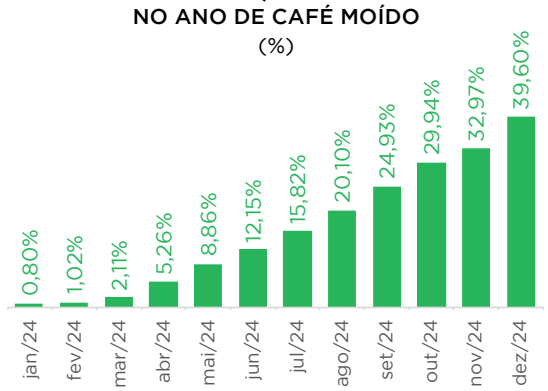
*Projeção
Fonte: ABIOVE

CAFÉ TEM RECORDE NOS PREÇOS E PERSPECTIVA DE SUBIDA

De acordo com os dados do Cepea/Esalq/USP, os preços do café Robusta cresceram 84,6% em 2024. Segundo a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), o preço médio das sacas de café Arábica comercializado subiu 123,0% em dezembro de 2024 em relação ao mesmo mês de 2023. Por sua vez, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o preço do café moído registrou um crescimento de 39,6% em 2024. A alta nos preços é explicada pela redução na oferta causada por condições climáticas adversas, que afetaram gravemente a produção dos dois maiores produtores de café do mundo: Brasil (líder na produção de café Arábica) e Vietnã (líder na produção de Robusta). Isso, consequentemente, pressionou as cotações do café.

Para 2025, as projeções são animadoras para os produtores: a demanda deve continuar aquecida e a oferta deve seguir em um patamar relativamente baixo, ou seja, os preços da saca de café devem continuar pressionados. Para setembro de 2026, o mercado futuro aponta uma redução de mais de R$ 600,00 por saca em relação ao preço atual, o que ainda significa um preço de R$ 1.900,00 por saca. É inteligente que os produtores façam uma trava em parte de sua safra, pois, mesmo com a redução, o preço continuará excelente.

BRASIL: VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO DE CAFÉ MOÍDO (%)

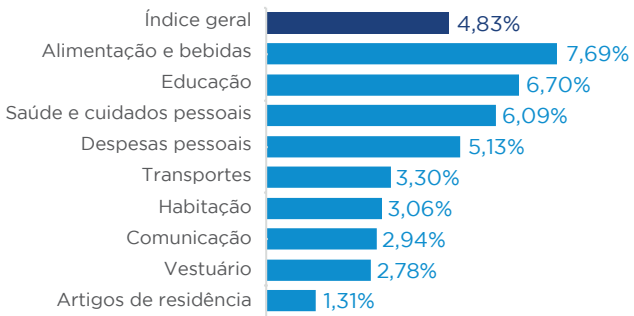


Fonte: IBGE

ALIMENTOS E BEBIDAS LIDERAM IMPACTO SOBRE A INFLAÇÃO

De acordo com o IPCA, o grupo alimentação e bebidas foi responsável por mais de um terço da inflação de 2024, contribuindo com 1,63 p.p. no avanço de 4,83% do índice. O grupo apresentou uma alta de 7,69%, puxada, principalmente, pelo aumento nos preços de itens como carnes (+20,84%), café moído (+39,60%), leite longa vida (+18,83%) e frutas (+12,12%). Os preços mais elevados nos alimentos e bebidas deveram-se, sobretudo, a problemas na produção, derivados do clima extremo ao longo de 2024, com muito calor, seca prolongada e enchentes que afetaram o Sul do País. Depois de alimentação e bebidas, os grupos de educação (6,70%), saúde e cuidados pessoais (6,09%) e despesas pessoais (5,13%) foram os que mais cresceram no período.

BRASIL: VARIAÇÃO ACUMULADA DA INFLAÇÃO POR SETOR EM 2024 (%)



Nota: valores de inflação medidos pelo IPCA
Fonte: IBGE

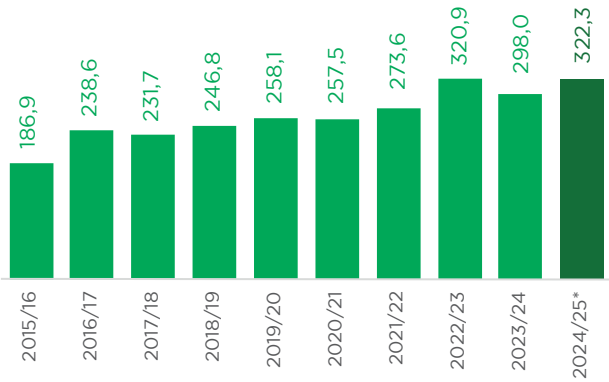
FEBRE AFTOSA NA ALEMANHA PODE ABRIR ESPAÇO PARA O BRASIL

A confirmação de casos de febre aftosa em búfalos na Alemanha gerou embargos às carnes (bovina, suína e ovina) produzidas no país em meados de janeiro último. Uma parte da demanda que deixará de ser suprida pela indústria alemã tem potencial para ser atendida pela indústria brasileira, principalmente em relação à carne suína. Mercados como o Reino Unido, o Vietnã e a Coreia do Sul, nos quais a carne brasileira ainda tem baixa penetração, podem ser explorados como alternativas para compensar a redução das exportações alemãs. O Ministério da Agricultura brasileiro já planeja iniciativas, como missões comerciais ao Vietnã, para promover os produtos nacionais e ampliar a sua presença internacional. No Brasil, vale destacar, a febre aftosa não é registrada desde 2006, consolidando o País como uma referência global no comércio de proteína animal.

SAFRA 2024/25 DEVE BATER RECORDE DE PRODUÇÃO

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estimou, no seu quarto levantamento, que a produção de grãos no Brasil será de 322,3 milhões de toneladas na safra 2024/25 – um crescimento esperado de 8,2% em relação ao ciclo anterior. Se isso de fato ocorrer, serão 24,3 milhões de toneladas a mais a ser colhidos na safra atual. Logo, a previsão é de um novo recorde de produção de grãos. Segundo a Conab, o bom desempenho acompanha o clima favorável registrado durante o desenvolvimento das culturas de primeira safra. Adicionalmente, é esperado um aumento de 1,8% na área total semeada frente à da safra 2023/24, devendo alcançar 81,4 milhões de hectares.

BRASIL: PRODUÇÃO TOTAL DE GRÃOS
(MILHÕES DE TONELADAS)

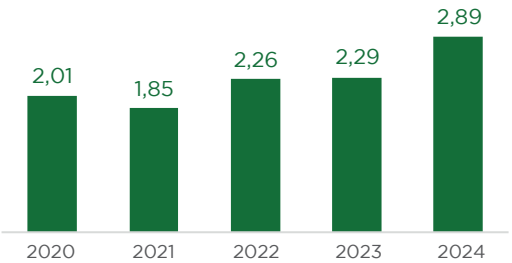


*Previsão
Fonte: Conab

EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA EM PATAMARES INÉDITOS

O Brasil, maior exportador global de carne bovina, registrou um recorde nos resultados em 2024. Já para este ano, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) prevê novos marcos históricos. No ano passado, foram exportados 2,89 milhões de toneladas de carne bovina – um aumento de 26,2% em relação a 2023, gerando US$ 12,8 bilhões em receita (+22,0%). O principal destino da carne bovina brasileira é a China, com 1,33 milhão de toneladas exportado para esse país. Em seguida, vêm os Estados Unidos, os Emirados Árabes Unidos, a União Europeia, o Chile e Hong Kong. Somando todas as categorias de produtos de carne bovina, as exportações alcançaram 157 países ao longo de 2024, sendo um ano histórico para a indústria de carne bovina nacional, de acordo com a Abiec. Para este ano, as perspectivas também são positivas, uma vez que as exportações devem continuar em alta, sustentadas pela abertura de novos mercados, como o Japão, o Vietnã, a Turquia e a Coreia do Sul.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CARNE BOVINA
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Abiec

COMPETIÇÃO NO COMÉRCIO EXTERNO DO AGRONEGÓCIO

As exportações brasileiras de 2024 totalizaram U$S 164,4 bilhões, pouco abaixo ao verificado em 2023, de US$ 166,5 bilhões (-1,3%). Apesar da queda, o resultado é o segundo na classificação da série histórica. O valor reflete a baixa verificada nos preços de algumas das principais *commodities*. A participação do agro na comercialização total, de 48,8%, ficou muito próxima da do ano anterior, de 49,0%. As projeções de maiores quantidades na safra de grãos e na produção de proteína animal abrem perspectivas positivas. Prosseguem os esforços para a abertura e a ampliação de mercados e ações comerciais da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

BRASIL: BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO
(US$ BILHÕES)

ANO	Exportação	Importação	SALDO
2015	88,2	13,0	75,2
2016	84,9	13,6	71,3
2017	96,0	14,1	81,9
2018	101,7	14,0	87,7
2019	96,8	13,8	83,0
2020	100,8	13,0	87,8
2021	120,6	15,5	105,1
2022	158,9	17,2	141,7
2023	166,5	16,6	149,9
2024	164,4	19,3	145,1

Fonte: SECEX

EXPORTAÇÕES CRESCENTES DE AVES DE CORTE

As exportações brasileiras de carne de frango seguem em um ciclo de crescimento contínuo depois da pandemia. Estão superados os resquícios da operação Carne Fraca, deflagrada pela Polícia Federal em 2017. Os números das exportações bateram novos recordes em 2024. Os preços remuneradores devem prosseguir neste e nos próximos anos. No *ranking* das exportações quantitativas, aparece no primeiro posto a China (10,6%), à frente dos Emirados Árabes Unidos (8,6%) e do Japão (8,4%). Os surtos de influenza aviária de alta patogenicidade (IAAP) reduzem a oferta na Ásia, na Europa, na América do Norte e, mais recentemente, na América do Sul. A produção potencial da Ucrânia – uma das maiores no mundo – segue retraída por causa da guerra entre esse país e a Rússia.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO

ANO	Quantidade (milhões de toneladas)	Preço (US$ por tonelada)	Receita (US$ bilhões)
2014	3,89	2.077	8,09
2015	4,23	1.673	7,07
2016	4,31	1.569	6,76
2017	4,23	1.686	7,14
2018	4,02	1.593	6,40
2019	4,18	1.670	6,97
2020	4,13	1.452	5,99
2021	4,47	1.676	7,49
2022	4,65	2.045	9,52
2023	5,14	1.889	9,71
2024	5,29	1.875	9,93

Fonte: SECEX

VENDAS EXTERNAS DE AÇÚCAR EM ALTA

A disponibilidade de áreas e a crescente produção de cana-de-açúcar nos últimos anos credenciam o Brasil a continuar na liderança mundial do mercado de açúcar. O crescimento acelerado do consumo, especialmente na Ásia, representa uma oportunidade para os produtores e os exportadores. A disponibilidade da oferta dos dois países concorrentes está apertada: a Índia desvia uma parte da matéria-prima para a produção de etanol, enquanto os canaviais da Tailândia defrontam-se com problemas climáticos. Em ordem decrescente, a distribuição das vendas nacionais concentrara-se na Indonésia (9,0%), na Índia (8,7%), na China (7,9%), nos Emirados Árabes Unidos (6,5%) e na Argélia (5,8%).

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR

ANO	Quantidade (milhões de toneladas)	Preço (US$ por tonelada)	Receita (US$ bilhões)
2014	26,63	417	11,11
2015	24,24	383	9,30
2016	24,68	305	7,52
2017	28,28	391	11,06
2018	27,83	380	10,59
2019	19,86	294	5,83
2020	18,94	291	5,51
2021	27,26	337	9,19
2022	27,25	404	11,00
2023	31,29	503	15,75
2024	38,24	487	18,61

Fonte: SECEX

ACESSE O NOSSO SITE PARA LER AS EDIÇÕES DA **AGROANALYSIS** GRATUITAMENTE: **AGRO.FGV.BR**

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS IMPORTANTES VEÍCULOS FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**



SÃO MAIS DE **40 ANOS NO MERCADO** GARANTINDO A **QUALIDADE DA INFORMAÇÃO** QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!

FGV AGRO



CURSOS
de curta duração

2025

CONFIRA A AGENDA DE MARÇO

MARÇO

Curso

IA E NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS À EXCELÊNCIA E GESTÃO NO AGRONEGÓCIO
De 10 a 14/03

Curso

PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO, TRIBUTÁRIO E PATRIMONIAL NO AGRONEGÓCIO
De 15 a 22/03



Curso

NORMAS AMBIENTAIS LEGAIS E MERCADO DE CARBONO APLICADOS AO AGRO
De 17 a 20/03

Curso

ESG NO SETOR AGRÍCOLA
De 24 a 25/03, 31/03 e 01/04

Acesse o site
agro.fgv.br/cursos

INSCREVA-SE AQUI:

NA CORRIDA PELA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, BRASIL SAI NA FRENTE

Talita Priscila Pinto, economista e coordenadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV), participou do evento "Agroenergia – Transição Energética Sustentável", realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Na ocasião, ela ressaltou que reduzir as emissões de combustíveis fósseis é crucial para enfrentar as mudanças climáticas e descarbonizar a atmosfera, que, hoje, é um dos maiores desafios globais.

A coordenadora destacou que, enquanto o mundo busca essa transição energética, o Brasil já sai na frente com quase metade da sua matriz energética renovável e um imenso potencial para a produção de biocombustíveis.

Para Talita, esse diferencial do Brasil vai além de benefícios ambientais ao gerar empregos e renda, mostrando que é possível unir desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Ela afirmou que o Brasil é um verdadeiro *case* de sucesso em bioenergia, com um modelo inspirador para outras nações, essencial na construção de um futuro mais sustentável e verde.

Para conferir a análise da coordenadora, acesse o QR *code* a seguir:

PRÓXIMOS PASSOS PARA O ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE

Considerando a recente finalização do acordo entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), Leonardo Munhoz, advogado e pesquisador do OCBio, detalhou os próximos passos para a implementação do tratado, que levou 25 anos para ser concluído.

Na sua coluna de janeiro último do programa Planeta Campo, no Canal Rural, Munhoz explicou que, em dezembro de 2024, foi finalizado o texto do acordo entre a Comissão Europeia – responsável pelas negociações legislativas da UE – e o MERCOSUL. A partir de agora, o texto seguirá para tramitação legislativa em ambas as regiões, sendo avaliado individualmente por cada país do MERCOSUL e pelas instâncias da UE.

Na Europa, o pesquisador destacou que o acordo precisa passar por dois órgãos: o Parlamento Europeu, que exige votação por maioria simples, e o Conselho Europeu, em que a aprovação depende do apoio de 65% da população dos países do bloco. Segundo ele, há desafios significativos nesse processo, pois países contrários ao acordo podem organizar-se para reunir 35% da população e barrar a aprovação no Conselho. "Essa tramitação dentro do bloco europeu pode se tornar um pouco mais complicada", alertou, reforçando a importância do debate político para garantir a ratificação do tratado.

Assista à coluna na íntegra por meio do QR *code* a seguir:

AMAZÔNIA VAI ALÉM DA BIODIVERSIDADE

Durante o seminário "De Baku a Belém: o futuro climático em debate nas COPs", Talita Priscila Pinto, coordenadora do OCBio, destacou a importância do Brasil como anfitrião da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês), que ocorrerá em Belém, em novembro próximo.

Talita enfatizou que a sustentabilidade, ancorada nos seus pilares ambiental, econômico e social, será um tema central e que o evento representa uma oportunidade única para o Brasil mostrar ao mundo que a Amazônia vai além da sua biodiversidade. "A floresta abriga povos, comunidades e cadeias produtivas que dependem do desenvolvimento sustentável regional, e essas vozes precisam ser ouvidas", afirmou.

Para a coordenadora, o Brasil tem a chance de liderar discussões globais sobre soluções baseadas em tecnologias tropicais de baixo carbono, capazes de combinar preservação ambiental e avanço econômico. Ela destacou que iniciativas que reduzem emissões de gases do efeito estufa já são viáveis e fazem parte da realidade brasileira, reforçando o papel estratégico do País na agenda climática mundial.

Para conferir a participação na íntegra, acesse o QR *code* a seguir:

APESAR DE CONTRAÇÃO RECENTE, AGROINDÚSTRIA CRESCE 2,2% NO ANO

Em novembro de 2024, o volume de produção da agroindústria brasileira apresentou uma retração de 3,1% em relação ao mesmo mês de 2023, de acordo com o Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro). Esse resultado veio na contramão da indústria de transformação, que cresceu 2,9% na mesma base de comparação. O desempenho negativo da produção agroindustrial foi influenciado tanto pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas (-5,0%), quanto pelo de produtos não alimentícios (-0,9%).

Os setores do segmento de produtos alimentícios e bebidas, sem exceção, registraram contrações interanuais em novembro:

- A produção de alimentos de origem vegetal (-9,4%) apresentou o pior desempenho para o mês desde 2018, refletindo as quedas na produção de conservas e sucos, açúcar, arroz e trigo.
- A produção de alimentos de origem animal (-0,8%) registrou a sua primeira queda interanual após vinte meses consecutivos de expansão. Essa retração foi derivada, sobretudo, da redução na produção de laticínios e de pescados.
- No setor de bebidas, por fim, a queda foi de 8,4%, com reduções expressivas tanto em bebidas não alcoólicas (-10,6%), quanto em alcoólicas (-6,2%).

"A alta [de 2,2% em 2024 frente ao mesmo período de 2023] foi derivada tanto do segmento de produtos alimentícios e bebidas, quanto do de produtos não alimentícios, que acumularam crescimentos de, respectivamente, 1,9% e 2,5% nesse mesmo intervalo."

Por sua vez, o segmento de produtos não alimentícios, após cinco meses sucessivos de crescimento, registrou a sua primeira queda interanual (-0,9%). Esse desempenho foi influenciado pelos setores de biocombustíveis (-23,2%) e de fumo (-4,1%). Contudo, setores como insumos agropecuários (+7,9%), produtos florestais (+0,4%) e produtos têxteis (+4,4%) tiveram desempenhos positivos, ajudando a mitigar a queda observada no segmento.

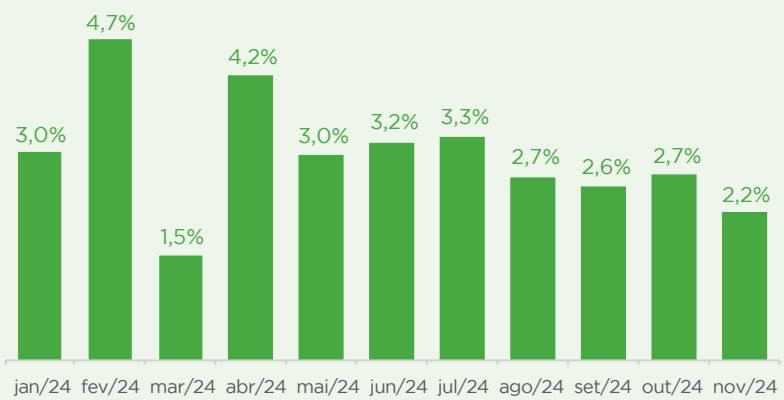
Vale destacar que, mesmo com a contração em novembro, a agroindústria acumulou um crescimento de 2,2% em 2024 frente ao mesmo período de 2023, representando o melhor desempenho para o período de janeiro a novembro desde 2010. A alta foi derivada tanto do segmento de produtos alimentícios e bebidas, quanto do de produtos não alimentícios, que acumularam crescimentos de, respectivamente, 1,9% e 2,5% nesse mesmo intervalo.

Por fim, é importante ressaltar que, ao contrário do que vem ocorrendo com produtos não alimentícios, o segmento de produtos alimentícios e bebidas vem enfrentando maiores dificuldades no segundo semestre do que nos primeiros seis meses do ano. Isso deixa dúvidas sobre como esse segmento deverá iniciar este ano.

Os números de dezembro serão decisivos para responder essa questão. Por um lado, a perspectiva de uma safra maior para diversas matérias-primas da agroindústria tende a favorecer a produção do setor. Por outro lado, o dólar mais caro e a desaceleração da economia brasileira (e, por consequência, do mercado interno) trazem dúvidas para este ano.

AGROINDÚSTRIA: VARIAÇÃO ACUMULADA NO ANO FRENTE AO MESMO PERÍODO DE 2023 (%)

Ainda que a agroindústria tenha se contraído em novembro, o setor acumulou uma alta de 2,2% de janeiro a novembro de 2024 em relação ao mesmo período em 2023, atingindo o melhor desempenho para esse intervalo de meses desde 2010.



Fonte: FGV Agro

INFLAÇÃO DE ALIMENTOS: POPULISMO DE CURTO PRAZO É UM ERRO

FELIPPE SERIGATI[1], ROBERTA POSSAMAI[2], ANDRÉ DIZ[3]

Ainda que a inflação de alimentos gere desconforto nos domicílios, a melhor forma de contê-la não envolve ações governamentais de curto prazo, que podem causar distorções demoradas de corrigir. Por isso, este artigo traz como exemplo ilustrativo uma ação populista de curto prazo para restringir as exportações de carne, semelhante a algo ocorrido na Argentina. Como resultados, houve menor produção, menor atração de divisas, menos empregos e preços mais altos no mercado interno. Em contraposição, políticas de médio e longo prazos trazem resultados mais duradouros e estruturais. Nesse sentido, recomendam-se o aumento no orçamento dos instrumentos de política agrícola, a ampliação das políticas de seguro rural e o estímulo a práticas e tecnologias mais sustentáveis.

CERTAMENTE, UMA elevada inflação de alimentos é algo que causa incômodo nos domicílios. No entanto, com muita frequência, não há boas soluções de curto prazo; o melhor remédio para contê-la é deixar o próprio mercado funcionando com liberdade. Intervenções governamentais (muitas vezes, populistas) geram distorções, cuja correção é dolorosa, consome tempo e causa mais dano do que o desconforto original.

RESTRIÇÕES ÀS EXPORTAÇÕES TENDEM A DIMINUIR A PRODUÇÃO

Uma inflação de alimentos incomoda os domicílios e gera reflexos negativos na popularidade do governo, principalmente na esfera federal. No entanto, intervenções de curto prazo, com muita frequência, apenas pioram a situação, deixando um espólio difícil de digerir. Infelizmente, a Argentina, importante exportador de alimentos, tornou-se praticamente um experimento natural e testemunhou o seu setor agropecuário perdendo protagonismo, inclusive durante o excepcional período de *boom* das *commodities*.

Para ilustrar o quanto restrições às exportações (sejam tributos, cotas ou proibição) são prejudiciais, é possível ilustrar um exemplo extremo: a proibição de exportação de carne bovina. Imagine um pecuarista que conta com 100 cabeças de gado. Destas, 30 são de animais criados para a exportação e 70, para o mercado interno. Caso se proíba a exportação das 30 cabeças, é até possível que o preço no mercado interno tenha uma redução temporária – afinal, "boi não morre de velho", e essa carne teria como destino o consumo doméstico. No entanto, no próximo ciclo, dado que o pecuarista não tem acesso ao setor externo, ele não criaria 100 animais, mas apenas os 70 voltados para o mercado interno. Apenas com isso, teríamos um setor produzindo menos carne, gerando menos empregos e renda e deixando de atrair divisas. Em termos econômicos, como isso pode ser bom para a sociedade?!

Na realidade, a situação é mais dramática, pois os custos de produção por animal ficariam maiores. Antes da restrição às exportações, os custos fixos seriam diluídos entre 100 animais; após as restrições, os custos fixos seriam diluídos entre apenas 70 animais. No entanto, como a renda gerada ficou menor e os custos aumentaram, esse pecuarista não conseguiria criar esses 70 animais, mas sim uma quantidade menor, como, por exemplo, 60 animais. Ou seja, haveria uma produção menor de carne para o próprio mercado interno, tornando esse produto mais caro para o consumidor doméstico. Mais uma vez, em termos econômicos, como isso pode ser bom para a sociedade?!

Assim, podemos nos perguntar: quais foram os resultados de proibir as exportações no exemplo apresentado? Uma menor produção de carne, uma menor atração de divisas, menos empregos e renda gerados e preços mais elevados no próprio mercado interno. Novamente, a Argentina é um exemplo triste, mas didático.

REDUÇÃO DE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO NÃO É SEMPRE A SOLUÇÃO

Reduzir impostos para a circulação de bens e mercadorias, em geral, é uma boa opção, pois permite que os agentes de uma economia (produtores e consumidores) tenham acesso a produtos e inovações disponíveis no mercado internacional a um custo menor. No entanto, para o mercado de alimentos de um país que é exportador líquido de alimentos, isso não significa que haverá redução da inflação de alimentos. Diversos motivos explicam esse ponto:

- Alterar tributos pode mudar o nível dos preços praticados, mas não sua

variação – e a inflação reflete a variação dos preços entre dois períodos.

- Para as grandes *commodities* transacionadas no mercado internacional, como grãos, cereais, café, açúcar, suco de laranja etc., o preço doméstico é formado a partir da cotação de cada *commodity* na sua praça de referência (por exemplo, Chicago para grãos e cereais e Nova York para outras *softs*), descontados os custos de comercialização e de transação. Enfim, não importa se exportamos mais ou menos milho ou se importamos mais ou menos trigo, ambos os preços são determinados a partir das suas cotações em Chicago.

- Para as carnes bovina e de frango, cadeias em que o Brasil é um grande fornecedor para o mercado internacional, mesmo com uma redução nos tributos sobre as importações, não está claro de onde viriam os produtos em volume suficiente para derrubar os preços no mercado doméstico. Aliás, quem abasteceria o Brasil se o mundo tem vindo para cá comprar essas proteínas justamente porque outros países não estão conseguindo ter produção para atender a demanda internacional?

- Ainda pensando em outros produtos da cesta básica, o Brasil tem uma enorme dificuldade para encontrar feijão no mercado internacional do tipo e na escala que o País consome. Ou seja, a redução nos tributos teria pouco reflexo no preço praticado no mercado doméstico. Já para o arroz, o preço mais elevado praticado em 2024 explica uma parte do aumento na área plantada para a safra atual. Com isso, o Brasil deve produzir quase 12 milhões de toneladas desse cereal, bem acima do consumo doméstico (algo próximo de 10 milhões de toneladas). Para que essa safra cheia pudesse ser preparada, foi fundamental permitir que o preço do arroz flutuasse com liberdade e gerasse o incentivo para que os produtores aumentassem a área plantada.

Embora reduzir impostos de bens e mercadorias seja uma boa opção, que permite aos agentes econômicos acessarem produtos/inovações no mercado externo a um custo menor, isso não significa que a inflação de alimentos será reduzida num grande país exportador de alimentos como o Brasil.

COMO O GOVERNO PODERIA AMPLIAR A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS?

Infelizmente, não há medidas saudáveis de curto prazo para conter a inflação de alimentos. Isso não significa que o Governo deva ficar parado, mas sim que ele deve focar as suas energias em medidas de médio e longo prazos. Entre elas, estão:

- Aumentar o orçamento e o escopo dos instrumentos de política agrícola, de forma a reduzir os custos de produção e ampliar a oferta e as opções de financiamento.

- Ampliar as políticas associadas ao seguro rural. Em um ambiente de mudanças climáticas, infelizmente, quebras de safra serão mais frequentes. Assim, um programa de seguro rural unificado e com

SHUTTERSTOCK

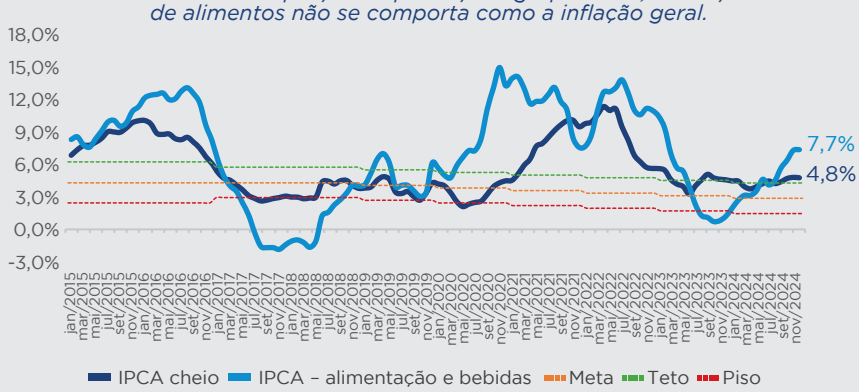


INFLAÇÃO DE ALIMENTOS E A EXPOSIÇÃO A CHOQUES EXÓGENOS

Em geral, uma inflação nos alimentos não gera preocupação para um Banco Central. Por exemplo, dificilmente, a autoridade monetária altera a sua decisão sobre a taxa de juros porque os preços dos alimentos, na média, estão ficando mais altos. Por características próprias da produção agropecuária, os seus preços tendem a estar entre os mais voláteis de uma economia. Para constatar isso, basta comparar o comportamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cheio – ou seja, com os preços de todos os bens e os serviços acompanhados por essa pesquisa – ao IPCA apenas de alimentos.

INFLAÇÃO "CHEIA" *VERSUS* INFLAÇÃO DE ALIMENTOS: MÉDIA MÓVEL DE DOZE MESES NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS (%)

Dificilmente, uma autoridade monetária altera os rumos da sua decisão conforme os movimentos da inflação de alimentos. Dada a volatilidade de preços da produção agropecuária, a inflação de alimentos não se comporta como a inflação geral.



Fontes: IBGE; BCB

Os preços dos produtos agropecuários são mais voláteis porque operam em mercados mais competitivos. Em "economês", esses são mercados que contam com um grande número de produtores e de compradores, com produtos com baixa diferenciação e limitadas barreiras à entrada, de forma que nenhum comprador ou produtor consegue alterar de forma significativa o preço praticado no mercado.

Usualmente, as variações mais contundentes nos preços dos alimentos decorrem de choques vindos do lado da oferta, principalmente de quebras de safra ou safras cheias. A produção agropecuária está associada a ciclos biológicos que sofrem influência decisiva das condições edafoclimáticas – o que nos faz lembrar da famosa expressão "o setor é uma fábrica a céu aberto". Com isso, é natural ter períodos com safras cheias alternados por períodos com safras menores. E não há nada que a política monetária possa fazer para atenuar essa dinâmica.

Além disso, diferentemente de uma inflação no setor de energia (seja eletricidade ou combustíveis), que tem o potencial para contaminar o preço de outros setores – afinal, eletricidade e combustíveis são insumos de produção para a oferta de quase todos os outros bens e serviços –, a inflação de alimentos tende a "morrer nela mesma". Dificilmente, serão vistos bens e serviços ficando mais caros devido a uma alta nos alimentos, exceto nas próprias cadeias envolvidas com alimentação. Ou seja, há aqui mais um fator colaborando para o Banco Central do Brasil (BCB) não alterar a sua política monetária devido a uma inflação de alimentos.

orçamento ampliado, consistente e previsível é fundamental para que a perda de uma safra não contamine a capacidade de um produtor investir e produzir para o próximo ciclo.

- Incentivar práticas e tecnologias mais sustentáveis e que tornem a produção agropecuária mais resiliente às mudanças climáticas.

Por fim, para aqueles domicílios cuja renda se mostre insuficiente para ter acesso a alimentos em quantidade e qualidade minimamente aceitáveis, a solução de curto prazo não é fazer intervenções nos mercados agropecuários, mas sim melhorar a focalização dos programas de transferência de renda, fazendo com que os recursos disponíveis cheguem realmente a quem precisa.

"Infelizmente, não há medidas saudáveis de curto prazo para conter a inflação de alimentos. Isso não significa que o Governo deva ficar parado, mas sim que ele deve focar as suas energias em medidas de médio e longo prazos."

Por mais que a inflação de alimentos incomode os domicílios e deteriore a popularidade do governo de plantão, intervenções populistas em mercados agropecuários tendem a tornar o problema ainda maior, mesmo quando geram um alívio temporário. Políticas estruturais são opções menos imediatas, mas que trazem resultados mais duradouros. Naturalmente, a taxa de câmbio explica uma parte importante da inflação de alimentos, mas isso é tema para outro artigo. ■

1Professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

3Professor do MBA em Gestão do Agronegócio do FGV Agro – acosta.diz@gmail.com



FGV IN COMPANY

SOLUÇÕES EFETIVAS E IMEDIATAS PARA DESAFIOS CONCRETOS DO AGRONEGÓCIO.

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa acompanhar as mudanças da sociedade. Para isso, a **FGV In Company** desenvolve os *Power Skills* das futuras lideranças desse mercado.

É um programa específico de orientação das habilidades técnicas e comportamentais, que mostra seus impactos no desempenho profissional e na gestão da carreira dos colaboradores, a partir das novas ferramentas digitais, com o propósito de uma formação de líderes completos e de articulações estratégicas.

Conte com os melhores resultados para sua organização.

FGV IN COMPANY

ENTRE EM CONTATO E SAIBA MAIS:

EXPECTATIVAS PARA OS MERCADOS AGROPECUÁRIOS EM 2025

ALCIDES TORRES[1], FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI[2], JULIANA PILA[2]

Em vista do mercado de commodities *majoritariamente pressionado para baixo em 2024, espera-se para 2025 um cenário de margens mais interessantes para as atividades agropecuárias no Brasil. Nesse sentido, este artigo traz as expectativas para as rentabilidades dos mercados de soja, milho, pecuária de corte e pecuária de leite deste ano. Além disso, explora como os mercados agrícolas foram suplantados pelos ativos de renda fixa, destacando os movimentos observados entre CDI, poupança, IGP-DI, Ibovespa e ouro em 2024. Por fim, ao mapear os fluxos macroeconômicos e setoriais do ano passado, conclui-se que 2024 foi péssimo para as operações agrícolas, mesmo no caso do setor sucroenergético, que chegou a apresentar algum retorno positivo.*

A SCOT Consultoria calcula anualmente as rentabilidades médias das atividades agropecuárias e as opções de investimento de capital. Para esse cálculo, são utilizados modelos econômicos que levam em consideração fatores estimados para cada negócio agropecuário – índices técnicos, localização e estrutura produtiva – conforme o seu nível tecnológico.

Nesse sentido, ressaltamos que os resultados podem ter uma significativa variação conforme a alteração dos índices produtivos.

EXPECTATIVAS PARA 2025

Neste ano, os preços da soja e do milho devem traçar caminhos distintos. Para a **soja**, a expectativa é de um mercado pressionado, com a estimativa de recorde de produção no Brasil (166,0 milhões de toneladas) e uma boa produção nos Estados Unidos e na Argentina promovendo um quadro de estoque final superior a 110,0 milhões de toneladas.

Deve-se dar atenção, porém, ao clima em Mato Grosso do Sul, no Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul

SHUTTERSTOCK



e na Argentina, regiões que têm tido chuvas abaixo da normalidade e que podem ter sua produção afetada.

Outro ponto de atenção é a expectativa de uma maior concentração de oferta de soja em fevereiro, com as chuvas em Mato Grosso no início da semeadura retardando os trabalhos de campo e aumentando a concentração das operações em uma janela muito próxima em novembro.

O dólar acima de R$ 6,00 poderá contrapor a pressão da oferta, mas, se a cotação da moeda norte-americana cair, os preços da soja em reais deverão ser impactados. Deve-se prestar atenção, também, à mudança do governo norte-americano, que pode, a depender da política comercial adotada, aumentar a procura pela soja brasileira e reduzir a pressão sobre os prêmios de exportação.

Já no mercado de **milho**, após o recorde de produção na safra 2022/23, havia a expectativa de estoques finais confortáveis para o início da safra 2023/24. Porém, não foi o que aconteceu.

Em 2023, com uma conjuntura internacional favorável, a exportação brasileira despontou, com 55,9 milhões de toneladas embarcadas no ano, e a demanda interna também cresceu. Com isso, os estoques finais, que abasteceriam o mercado até a entrada da safra de verão 2023/24, diminuíram.

Em 2024, o ritmo de embarques foi menor, mas a demanda interna teve, mais uma vez, um forte crescimento. A produção nacional, com desafios climáticos na semeadura da safra de verão e seca durante o período de desenvolvimento do milho na segunda safra 2023/24, foi menor, e os preços subiram no segundo semestre.

Assim, os estoques finais brasileiros para a safra 2023/24, ou seja, os estoques que abastecerão o mercado até fevereiro/março deste ano, deverão ser os menores dos últimos anos, corroborando a expectativa de um mercado firme em 2025.

Reafirmam o viés de alta, ainda, as incertezas quanto à oferta no ciclo 2024/25. Isso porque, apesar da expectativa de uma maior produção, há riscos quanto ao tamanho da oferta na próxima temporada, uma vez que a área com milho na primeira safra deverá ser 5,0% menor e a produtividade será responsável pela manutenção da produção, ou seja, qualquer frustração diminuirá o potencial de produção.

Além disso, apesar de uma menor pressão quanto ao risco para a janela de semeadura na segunda safra de milho, ainda há dúvidas quanto ao potencial de produção para a segunda safra.

Nesse contexto de maior demanda e oferta incerta, a expectativa é de um mercado com pouco espaço para retrações ao longo deste ano, salvo, é claro, os momentos de maior oferta e sazonalidades naturais.

No mercado de **boi gordo**, 2024 terminou com melhora nas cotações e expectativa de um mercado menos pressionado, após dois anos de intenso descarte de fêmeas, que, neste ano, deverá ser menor.

Neste ano, os preços do bezerro refletirão a estação de monta de 2023, que foi um ano de forte abate de matrizes. Ou seja, há a expectativa de uma menor oferta de bovinos jovens, em resposta ao aumento no abate de fêmeas, fato que deverá dar sustentação aos preços das categorias mais novas e estímulo à atividade de cria. Assim, os preços no mercado de boi gordo, que terminaram 2024 com uma forte alta, devem seguir da mesma forma ao longo do ano.

Para o **leite**, com um cenário mais favorável em 2024, é possível que a produção cresça de forma mais robusta neste ano. Porém, a demanda, com as incertezas quanto à conjuntura econômica comentadas no início desta análise, poderá pesar a depender de como o poder de compra da população se comportar.

Os preços do leite no mercado internacional estão em alta, e, com o dólar valorizado, o produto no mercado externo tende a ficar mais caro – menos competitivo frente ao mercado brasileiro –, o que deve diminuir a pressão de importação observada nos últimos anos.

Porém, é preciso prestar atenção aos custos, com destaque para o da suplementação do rebanho, uma vez que o dólar elevado tende a aumentar os custos dos principais insumos da atividade – combustíveis, suplementos minerais e ração.

Esperamos um 2025 com margens mais interessantes para as atividades agropecuárias no Brasil – com destaque para a pecuária de corte, o setor sucroenergético e o mercado de milho.

"Esperamos um 2025 com margens mais interessantes [do que em 2024] para as atividades agropecuárias no Brasil – com destaque para a pecuária de corte, o setor sucroenergético e o mercado de milho."

RESULTADOS EM 2024

Considerando os números de 2024, tivemos um ano desafiador no mercado de *commodities* agrícolas: o preço estava em queda, com destaque para a soja, o milho e a pecuária de corte, e os custos de produção ainda se mantinham altos. Por isso, os resultados das operações agrícolas estiveram pressionados, mesmo daquelas com maior tecnificação.

Com o aumento das incertezas fiscais no Brasil, o aumento da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e as taxas de juros nos Estados Unidos elevadas – apesar do início do movimento de redução sinalizado pelo Fed (Banco Central norte-americano) em 2024 –, a cotação do dólar subiu 27,3% em 2024.

No Brasil, com o aumento da dívida pública, a diminuição do desemprego e a dificuldade em conter a inflação – que terminou 2024 acima da meta proposta pelo Banco Central do Brasil (BCB) no início do ano –, a taxa básica de juros (taxa Selic) retomou o ciclo de alta em 2024, contrapondo as expectativas do início do ano, que indicavam baixa.

Dado esse movimento, a rentabilidade mensal dos ativos de renda fixa aumentou ao longo dos meses de 2024. Com o menor controle da inflação, o BCB aumentou a taxa Selic, que iniciou 2024 em 11,75% ao ano e encerrou em 12,25% a.a. Para este ano, o mercado espera mais altas, e, segundo o boletim Focus de 10 de janeiro último, a taxa básica deverá terminar o ano em 15,00%.

Em vista disso, os ativos voltados à renda fixa foram boas opções em 2024. O Certificado de Depósito Interbancário (**CDI**), principal indicador de investimentos em renda fixa, ficou com 10,9% no ano passado.

Em um cenário de aumento na taxa Selic, renda fixa e alterações na taxa de referência da **poupança**, esta fechou o ano com 7,0% de rendimento, superando a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (**IGP-DI**), que caiu para 6,9% no ano passado, e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que terminou 2024 em 4,8%.

Levando em conta o aumento na taxa básica de juros e a maior atratividade por ativos de menor risco – incluindo títulos públicos com remuneração atrelada à inflação, mais 7,0% a.a. e evasão de investidores internacionais do País –, o **Ibovespa** foi o indicador que mais caiu em 2024, tendo sofrido uma baixa de 10,4%.

Por fim, destaca-se o **ouro**, que, em meio aos conflitos e às guerras, ao corte na taxa básica de juros nos Estados Unidos, à apreciação do dólar ante o real e à maior procura por ativos conservadores e de maior segurança, subiu 59,1% em 2024 – a sua maior alta na história para um único ano.

MAS POR QUE 2024 SERIA UM ANO PARA SE ESQUECER?

Entre as atividades agropecuárias, os retornos ficaram, pelo segundo ano consecutivo, abaixo dos investimentos mais conservadores e de menor risco. O destaque positivo ficou, mais uma vez, com o setor sucroenergético.

Mesmo com o aumento em área, a queda na produtividade dos canaviais não permitiu um aumento na produção. Após o recorde na safra 2023/24, a produção caiu 4,8% na safra 2024/25, sendo estimada em 613,6 milhões de toneladas no Centro-Sul brasileiro segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica). As queimadas em importantes regiões produtoras prejudicaram o desempenho produtivo, e a retomada das chuvas, no fim da safra (outubro/novembro), derrubou a produção.

No acumulado da safra 2024/25, o nível de açúcares totais recuperáveis (ATR) chegou a 141,28 quilos por tonelada, levemente superior (1,2%) ao do último ciclo na mesma posição. Com isso, os preços pagos caíram 4,8% até dezembro último.

Apesar da menor oferta de matéria-prima, a produção de etanol aumentou 1,3%, sendo estimada em 36,0 bilhões de litros (produzidos a partir de cana-de-açúcar e de milho) segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

"Entre as atividades agropecuárias [, em 2024], os retornos ficaram, pelo segundo ano consecutivo, abaixo dos investimentos mais conservadores e de menor risco. O destaque positivo ficou, mais uma vez, com o setor sucroenergético."

A demanda por etanol esteve aquecida em 2024, sustentando os preços no Brasil. Em dezembro último, a referência fechou o ano em R$ 2,63 por litro em São Paulo; no mesmo período de 2023, o preço médio era de R$ 1,93 por litro.

Para o açúcar, a produção foi estimada pela Conab em 44,0 milhões de toneladas, correspondendo a uma retração de 3,7% em relação à da safra passada. A menor produção no Brasil, somada a um contexto internacional de oferta apertada e desvalorização do real, contribuiu para o aumento na cotação do açúcar, que passou de R$ 152,63 para R$ 161,64 por saca de dezembro de 2023 a dezembro de 2024, chegando à sua cotação máxima, em dois anos, em novembro último.

Considerando esse cenário, a atividade sucroenergética apresentou os melhores retornos em relação às *commodities* agrícolas seja para a produção/fornecimento ou para o arrendamento.

Para a soja e o milho, por sua vez, o mercado foi desafiador em 2024, mas com margens ligeiramente melhores do que as apontadas em 2023. Destacamos, contudo, que o resultado em 2024 foi diferente entre as regiões a depender de fatores como o momento da comercialização, seja da *commodity* ou dos insumos para a produção. Ao longo do último ano, houve períodos distintos entre o primeiro e o segundo semestre, o que fez com que a margem da atividade em 2024 ficasse em 1,7%.

Na pecuária de corte, 2024 seguiu com uma boa oferta de boiadas dado o descarte de matrizes, sendo o ano marcado como aquele de maior abate de bovinos da história. O escoamento da produção (com destaque para a exportação) contribuiu para a recuperação dos preços da arroba de boi gordo no segundo semestre, principalmente no último trimestre.

Sistemas com baixa adoção de tecnologia tiveram um desempenho pior

RENTABILIDADES MÉDIAS EM 2023 E 2024

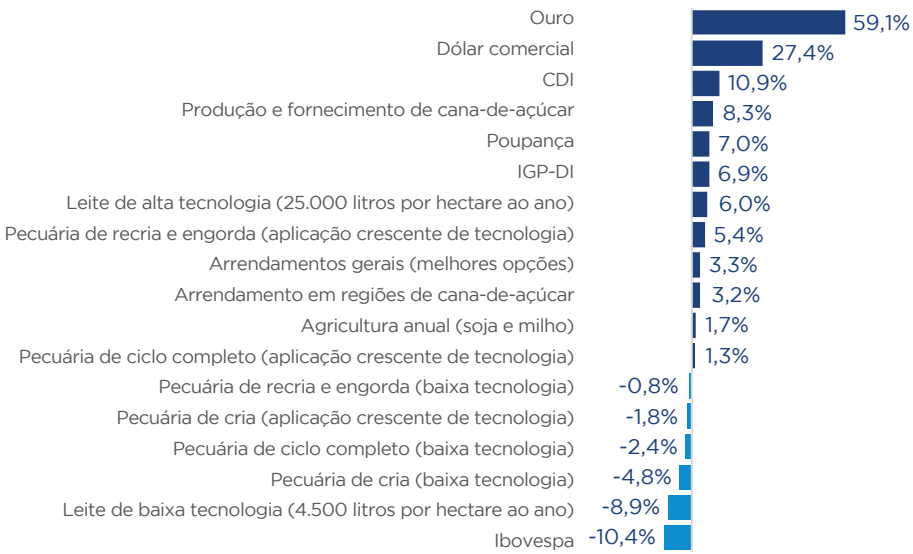
Considerando os fluxos macroeconômicos de 2024 no Brasil, os ativos de renda fixa revelaram-se boas opções para tal ano. Entre eles, o que mais sofreu queda foi o Ibovespa (-10,4%), enquanto aquele que teve a maior alta foi o ouro (59,1%).

ÍNDICES/INVESTIMENTOS	2023	2024
Dólar comercial	-9,5%	27,4%
Ouro	12,9%	59,1%
CDI	13,0%	10,9%
IGP-DI	-3,3%	6,9%
Poupança	8,0%	7,0%
Leite de alta tecnologia (25.000 litros por hectare ao ano)	6,0%	6,0%
Arrendamentos gerais (melhores opções)	3,4%	3,3%
Pecuária de ciclo completo (aplicação crescente de tecnologia)	5,7%	1,3%
Pecuária de recria e engorda (aplicação crescente de tecnologia)	4,1%	5,4%
Arrendamento em regiões de cana-de-açúcar	2,6%	3,2%
Pecuária de cria (aplicação crescente de tecnologia)	2,6%	-1,8%
Pecuária de ciclo completo (baixa tecnologia)	1,4%	-2,4%
Agricultura anual (soja e milho)	1,5%	1,7%
Pecuária de recria e engorda (baixa tecnologia)	-0,5%	-0,8%
Produção e fornecimento de cana-de-açúcar	8,6%	8,3%
Leite de baixa tecnologia (4.500 litros por hectare ao ano)	-13,9%	-8,9%
Pecuária de cria (baixa tecnologia)	-1,7%	-4,8%
Ibovespa	22,3%	-10,4%

Fonte: Scot Consultoria

RENTABILIDADES MÉDIAS DE DIFERENTES INVESTIMENTOS EM 2024

Entre as atividades agropecuárias, os retornos ficaram abaixo dos investimentos mais conservadores e de menor risco em 2024. O destaque positivo ficou, mais uma vez, com o setor sucroenergético, e o negativo coube à produção de leite com baixa tecnologia.



Fontes: BCB; FGV; Scot Consultoria

do que aqueles cuja adoção de tecnologia é maior.

O descarte de matrizes evidenciou a margem negativa da cria – cujos preços melhoraram apenas no segundo semestre, não sendo o suficiente para melhorar a rentabilidade da atividade no ano –, cenário idêntico ao das fazendas com maior pacote tecnológico, cujos resultados também foram negativos em 2024.

Considerando o contexto dos preços dos bovinos para reposição menores em 2023 e da melhora na cotação da arroba de boi gordo ao longo de 2024, a atividade de recria e engorda com maior pacote tecnológico foi a de melhor desempenho entre as atividades relacionadas à pecuária de corte.

Após um 2023 marcado pela importação de produtos lácteos e pela pressão de baixa sobre as cotações, 2024 foi diferente. Com o índice de desemprego menor e o aumento na renda *per capita*, o consumo de lácteos cresceu. A diminuição na importação e a queda na captação – apurada segundo o Índice de Captação de Leite da Scot Consultoria – favoreceram o preço.

Com custos de produção (principalmente relacionados à suplementação) menores, o resultado da atividade leiteira melhorou frente ao do ano anterior. O destaque negativo, porém, ficou com a produção de leite com baixo pacote tecnológico, que teve o pior desempenho entre todas as atividades agrícolas monitoradas pela Scot Consultoria (-8,9%) em 2024, mas esteve menos pressionada do que há um ano (-13,9%).

Na tabela, é possível observar as rentabilidades agropecuárias e os indicadores econômicos de 2023 e 2024 em relação aos anos anteriores. ■

1 Diretor-fundador da Scot Consultoria
2 Coordenadores da Divisão de Inteligência de Mercado da Scot Consultoria

NOVA FARM BILL CHEGA AOS ESTADOS UNIDOS EM 2025

DA REDAÇÃO

Criada em 1933, a Farm Bill abriu espaço para o crescimento da agricultura nos EUA. Os pontos introduzidos nessa lei promoveram progressos tecnológicos em vários setores. Embora Donald Trump tenha assinado a Farm Bill em 2018, a pandemia de COVID-19 trouxe grandes mudanças para a economia que prolongaram a vigência do dispositivo legal. Agora em 2025, o renovado Congresso norte-americano terá de analisar o texto da nova Farm Bill. É nesse início de segundo mandato de Trump que Brooke Rollins assume como secretária do USDA. Com larga vivência no agro e na política, ela administrará esse gigantesco órgão coordenando o debate de entidades de agenda comum e pautas específicas. Não faltarão demandas sobre os ombros de Rollins nos próximos meses.

PARA COMANDAR o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês) – órgão governamental com o peso equivalente ao do nosso Ministério da Agricultura – na segunda gestão presidencial de Donald Trump, assumiu a advogada Brooke Rollins, de 52 anos. A escolhida possui família ligada à agricultura no estado do Texas. De 2003 a 2018, atuou como responsável pela presidência da Texas Public Policy Foundation (TPPF), em Austin, também no Texas. Essa instituição foca temas relacionados com as reformas educacionais nas escolas públicas.

Brooke Rollins participou do primeiro mandato de Trump, de janeiro de 2017 a janeiro de 2021, como diretora interina do Conselho de Política Doméstica da Casa Branca. Em 2020, cofundou a TPPF com propostas de pautas políticas ativas para as eleições presidenciais de 2024. A secretária – cargo mais alto do USDA – submeteu-se e teve a avaliação aprovada pelo Congresso Nacional. Agora, começa o cumprimento de uma agenda desafiadora.

Com larga vivência nas atividades ligadas ao setor agropecuário e na política, Rollins terá o encargo máximo de administrar o gigantesco complexo sistema do USDA. A gestão envolve cerca de 100 mil funcionários, em mais de 4.500 locais no país e no exterior. A nomeação contou com o apoio de uma coalizão de quatrocentos grupos agrícolas.

O diálogo dos fabricantes de combustíveis tradicionais com os de biocombustíveis avança. Desaparece o mandato federal de mistura com divisão de dois setores de energia e agricultura. Empresas de combustíveis fósseis abrem as portas para fabricar produtos a partir de milho e de soja, as duas maiores lavouras do país. Rollins conhece bem esse assunto delicado.

A representação do setor agropecuário é expressiva no país. A contribuição direta de 1,89 milhão de propriedades rurais alcança US$ 222,3 bilhões, o correspondente a 5,5% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. São 2,6 milhões de empregos diretos. Mas a idade dos produtores fica mais avançada e as terras agrícolas diminuem: em torno de 40% dos produtores possuem mais de 65 anos, enquanto a área total de terras agrícolas reduziu de 365 milhões para 356 milhões de hectares (-2,5%) de 2017 a 2023.

"Com larga vivência nas atividades ligadas ao setor agropecuário e na política, [Brooke] Rollins terá o encargo máximo de administrar o gigantesco complexo sistema do USDA. A gestão envolve cerca de 100 mil funcionários, em mais de 4.500 locais no país e no exterior."

PANDEMIA MUDA AGENDA DO AGRO

Em 20 de dezembro de 2018, Donald Trump, na condição de presidente, assinou a Farm Bill com previsão para vigorar entre 2019 e 2023. O

ORÇAMENTO DOS PROGRAMAS DA FARM BILL 2019-2023

Criada em 1933, a Farm Bill teve grandes avanços no decorrer do tempo. Alguns programas que tiveram avanço desde então foram os de comércio das commodities, *crédito agrícola, conservação ambiental, pesquisa agrícola e nutrição.*

PROGRAMA	Valor (US$ bilhões)	Participação
Nutrição	325,3	76,0%
Segurança	38,5	9,0%
Commodities	30,0	7,0%
Conservação	30,0	7,0%
Outros	4,2	1,0%
TOTAL	428,0	100,0%

Fonte: USDA (abril de 2018)

documento trouxe mudanças relevantes para as políticas agrícola e alimentar. O programa de seguro rural, por exemplo, sobressaiu ao cobrir mais de 540 culturas, com orçamento anual de US$ 100 bilhões. O aumento de risco do produtor, diante das mudanças climáticas no Planeta, demanda proteção mediante perdas ou prejuízos causados por agentes externos, seja de natureza climática ou acidental.

A partir de 2020, a pandemia de COVID-19 causou mudanças significativas na economia global, que resultaram em um aumento na inflação e elevações nas taxas de juros em muitos países. Essa situação de surpresa nos Estados Unidos alterou bastante a perspectiva traçada pela Farm Bill de 2018, que devia ter expirado em 30 de setembro de 2023. Esse prazo foi prolongado para 2024 e, depois, estendido para 2025 pelo Congresso.

PRODUTORES AGUARDAM NOVOS RUMOS

A composição atual dos parlamentares mostra um cenário político renovado. Além da presidência na Casa Branca, o Partido Republicano conquistou mais cadeiras do que o Partido Democrata na Câmara (218 *versus* 208) e no Senado (52 *versus* 48). Com isso, os republicanos terão os controles majoritários das decisões. A reformulação dos comitês e dos painéis da agricultura determinará o formato dos projetos de lei que comporão a nova Farm Bill.

Em dezembro último, ainda sob a presidência de Joe Biden, um pacote de ajuda financeira de US$ 31 bilhões teve liberação, sendo composto de:

- US$ 10 bilhões para os produtores permanecerem com caixa positivo e garantirem empréstimos cautelosos; e
- US$ 21 bilhões destinados a cobrir perdas por desastres naturais em 2023 e 2024, incluindo secas, incêndios, furacões, inundações e outros eventos climáticos extremos.

ESTADOS UNIDOS: RENDAS BRUTA E LÍQUIDA NA AGRICULTURA (US$ BILHÕES)

No período de 2017 a 2024, é a segunda vez que os valores de renda bruta e renda líquida devem sofrer redução. Isso se deve à pressão de baixa dos produtos agrícolas e à subida nos custos de produção das lavouras.

ANO	Renda bruta	Renda líquida
2017	425,4	75,7
2018	425,5	82,4
2019	429,8	82,0
2020	456,1	98,9
2021	518,2	146,3
2022	617,7	181,9
2023	608,6	146,7
2024*	594,6	140,7

*Estimativas
Fonte: USDA

A pressão de baixa sobre os preços dos produtos agrícolas, somada à subida nos custos de produção das lavouras, deve reduzir pela segunda vez as rendas bruta e líquida anuais no período de 2017 a 2024. O USDA estima uma queda para 2024, abaixo do valor de 2023 e do recorde de 2022.

Os produtores rurais dos Estados Unidos aguardam os rumos a ser tomados com relação à aprovação da nova Farm Bill. As políticas sobre comércio, tarifas, financiamento e energia a ser implementadas durante o mandato de Donald Trump começam a ser comunicadas.

Com mais tempo hábil para dispor, o Congresso analisa o texto da Farm Bill que deverá avançar neste ano. Entidades de agenda comum e pautas específicas desejam dialogar sobre liderança e representatividade, capacitação técnica e financeira, sustentabilidade e agricultura regenerativa e conexão com comunidades locais. Não faltarão demandas sobre os ombros da secretária Brooke Rollins. ■

"Com mais tempo hábil para dispor, o Congresso analisa o texto da Farm Bill que deverá avançar neste ano. Entidades de agenda comum e pautas específicas desejam dialogar sobre liderança e representatividade, capacitação técnica e financeira, sustentabilidade..."

HISTÓRICO DA FARM BILL

Criada em 1933, a principal lei agrícola dos Estados Unidos, conhecida como Farm Bill, passa por uma renovação normal do Congresso a cada cinco anos. A evolução da legislação teve avanço notável ao longo do tempo. Assim, avançaram programas para comércio das *commodities*, desenvolvimento rural, crédito agrícola, conservação ambiental, pesquisa agrícola e alimentação/nutrição.

A Farm Bill consolida projetos de lei que levam em conta três importantes fatores. O primeiro são as mudanças conjunturais contínuas na economia da agropecuária. O segundo é a capacidade do orçamento federal de atender as demandas prioritárias dos produtores. Para completar, em terceiro lugar, há a composição partidária dos parlamentares para convergir nas tomadas de decisão.

REGULAÇÃO AMBIENTAL E EXPECTATIVAS PARA 2025

LEONARDO MUNHOZ*

Após uma agenda intensa no campo regulatório ambiental do agro em 2024, alguns assuntos despontam no horizonte de 2025. Com a aprovação do mercado de carbono regulado, é necessário detalhar a sua estrutura e metodologias. Sobre o acordo entre a UE e o MERCOSUL, deve ocorrer a votação no Parlamento Europeu neste ano, tornando recorrente a pauta do protecionismo verde. Ainda sobre a UE, o Brasil precisará decifrar como lidar com a nova Lei Antidesmatamento do bloco. Internamente, será preciso regulamentar a Lei dos Bioinsumos de 2024, garantindo a segurança desses produtos para humanos e o meio ambiente. Por fim, a COP 30, sediada em Belém, deve ser uma ótima vitrine para o Brasil mostrar a sua liderança na agenda de sustentabilidade.

EM 2024, a agenda ambiental foi muito intensa, tanto em âmbito doméstico, como internacional. Essa agenda abordou desde mercado de carbono, biocombustíveis e biotecnologia até medidas ambientais no comércio internacional, com as suas várias implicações na produção agropecuária. Assim, muitas pautas da agenda de 2025 serão uma continuação dos avanços do ano passado.

MERCADO DE CARBONO REGULADO

Inicialmente, com a aprovação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), por meio da Lei Federal nº 15.042/24, é esperado que os próximos doze meses sejam de prioridade para a sua regulamentação infralegal. A Lei irá necessitar de vários detalhamentos, em especial sobre a estrutura de governança do SBCE, que contará com três órgãos centrais: Órgão Superior (interministerial, estabelecendo as diretivas do SBCE); Comitê Técnico (apresentando subsídios científicos e técnicos); e Órgão Gestor (instância executiva do Órgão Superior e responsável por elaborar os planos de alocação).

Até o momento, essa Lei é extremamente omissa com relação ao Órgão Gestor, o qual possui importância central no SBCE, uma vez que, com os planos de alocação, determinará a oferta e a demanda de Certificados de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVE) e créditos de carbono, impactando, portanto, diretamente os seus preços. Com isso, é esperado que normativas acerca desses órgãos e uma maior clareza de sua composição sejam estabelecidas.

Também na pauta de mercado de carbono nacional, espera-se que as metodologias e seu credenciamento no SBCE sejam detalhados. O SBCE irá demandar metodologias próprias para pautar o desenvolvimento de projetos de carbono e emissão de créditos, e elas deverão ser credenciadas pelo Órgão Gestor. Nesse sentido, é essencial para o Brasil desenvolver metodologias voltadas para agricultura de clima tropical, as quais, até hoje, não estão amplamente disponíveis no mercado voluntário por parte das certificadoras privadas, uma vez que são de países desenvolvidos com economia industrial.

Nesse quesito, destaca-se a criação de metodologias voltadas não somente para a manutenção/preserveção de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e áreas de Reserva Legal (RL), mas também para a reparação dessas áreas e, por consequência, a possibilidade de fortalecer os Programas de Regularização Ambiental (PRAs) do Código Florestal – isto é, o produtor podendo receber um benefício financeiro pela reparação dessas áreas.

Para pautar o desenvolvimento de projetos de carbono, o SBCE vai precisar de metodologias próprias. Assim, é essencial que o Brasil desenvolva metodologias voltadas para o clima tropical, que, até hoje, não foram disponibilizadas amplamente pelas certificadoras privadas.

Por fim, deveremos observar a elaboração de normativas sobre a circulação dos ativos do SBCE no mercado de capitais. De acordo com a Lei, os créditos de carbono são valores mobiliários sob autoridade da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entretanto, conforme um entendimento prévio da própria CVM – Processo Administrativo CVM nº RJ 2009/6346 –, os créditos de carbono do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no escopo do Protocolo de Kyoto, não são valores mobiliários.

Mas essa assincronia da CVM com a Lei Federal nº 15.042/24 deverá ser revista, uma vez que o contexto do mercado de carbono mudou significativamente desde 2009. Houve o forte crescimento do mercado voluntário, o MDL está sendo substituído pela estrutura do artigo 6 do Acordo de Paris e foi criado o mercado de carbono regulado brasileiro. Ou seja, as premissas adotadas na decisão da CVM para o contexto exclusivo do MDL do Protocolo de Kyoto não se aplicam mais. Igualmente,

a própria decisão de 2009 da CVM tem ressalvas de que esse entendimento pode ser atualizado por força de lei superveniente – o que ocorre com a vigência da Lei Federal nº 15.042/24.

ACORDO ENTRE O MERCOSUL E A UE

Com a aprovação do texto final do acordo comercial entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia (UE), a votação do acordo no Parlamento Europeu ganhará destaque ao longo de 2025. Deve haver um voto no Parlamento Europeu por maioria simples, seguido de votação no Conselho Europeu por maioria qualificada, isto é, com pelo menos 55% dos chefes dos países-membros do Conselho representando, no mínimo, 65% da população desses Estados.

É esperado que países contrários ao acordo, por serem produtores agropecuários, como a França, a Polônia e a Irlanda, pressionem os demais membros do Conselho para barrarem o texto. Com isso, a pauta de protecionismo verde deve ser recorrente, como já observamos em 2024 com os casos isolados da Danone e do Carrefour, argumentando que não comprariam mais do MERCOSUL supostamente por falta de critérios de preservação ambiental nos produtos deste. Tal justificativa não teve embasamento técnico, ocasionando retratações dessas empresas, já que o Brasil é um dos poucos países do mundo que preserva florestas em propriedades rurais por meio de obrigação legal (servidão administrativa) com o Código Florestal.

Por outro lado, os países europeus contemplam a preservação de algumas áreas de matas ciliares com o uso de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Assim, caberá ao Brasil demonstrar para a Europa a robustez do seu ordenamento jurídico e regulatório, de forma que a preservação ambiental não seja usada como desculpa protecionista por parte de produtores europeus.

LEI ANTIDESMATAMENTO DA UE

Ainda no escopo da UE, 2025 será um ano de extrema importância para a comprovação da sustentabilidade da produção agropecuária nacional. Em janeiro de 2026, a Lei Antidesmatamento da União Europeia, o Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR, na sigla em inglês), entrará em vigor, fazendo com que este ano seja crucial para o Brasil decifrar como irá cumprir essas exigências. O EUDR irá demandar comprovação de que os produtos do agro não sejam oriundos de áreas desmatadas a partir de 2020, o que deverá ser feito por meio de documentação e, principalmente, rastreabilidade desses produtos.



SHUTTERSTOCK

Nesse âmbito, em comparação a outros países concorrentes, o Brasil, em teoria, está em posição de vantagem. Com o Código Florestal, o Brasil possui o Cadastro Ambiental Rural (CAR), comprovando por satélite um "raio X" do imóvel rural e das suas florestas protegidas (isto é, APP e RL), que é algo que não ocorre em outros países.

Porém, mesmo com o CAR, 2025 será um ano de grandes desafios. Os dados do CAR padecem de validação por parte dos órgãos estaduais competentes, sendo que alguns estados estão bem atrasados nessa agenda. Mas, para que os dados do CAR sejam usados no EUDR, é essencial que estejam validados e sejam oficiais. Nesse contexto, poderão ocorrer iniciativas privadas para auxílio de validação. O próprio EUDR menciona a possibilidade do uso de entidades credenciadas para validar dados comprobatórios, ou seja, poderemos observar, em 2025, a terceirização da análise dos documentos a ser apresentados no escopo do EUDR, sendo o CAR um deles.

Outro ponto complicado para o EUDR será a rastreabilidade dos produtos agropecuários. Em especial para a pecuária, o Brasil não tem, até o momento, um sistema nacional obrigatório que consiga rastrear a vida inteira do animal e por quantos imóveis rurais ele passou. A Guia de Transporte Animal (GTA) somente comtempla transportes individuais; não há uma visão geral de todos os movimentos feitos pelo animal

ao longo da sua vida. Por outro lado, o Sistema Brasileiro de Identificação Individual de Bovinos e Búfalos (SISBOV), com o uso de brinco auricular bovino, permite essa rastreabilidade, entretanto não é obrigatório e não cruza os seus dados com as informações ambientais do CAR. Assim, temos um grande gargalo para a rastreabilidade com viés ambiental no País.

A Plataforma AgroBrasil+Sustentável pode ser uma solução. Essa plataforma governamental tem o objetivo de promover a conformidade da produção agropecuária com a verificação da aplicação de boas práticas agrícolas, possibilitando a rastreabilidade e a certificação de toda a cadeia produtiva. Ou seja, a plataforma faz o cruzamento de dados públicos e privados sobre sustentabilidade. Entretanto, ela ainda não está operacional, o que significa que, por enquanto, não se pode contar com ela. E o tempo segue correndo.

BIOINSUMOS

Em 2024, foi sancionada a Lei Federal nº 15.070, estabelecendo as regras para produção e comercialização de bioinsumos no Brasil. Esses produtos têm o potencial enorme de aumentar a sustentabilidade no campo ao diminuir a dependência de defensivos químicos (sujeitos a importação) e, consequentemente, até mesmo diminuir as emissões de gases de defensivos nitrogenados. Porém, apesar de positiva, a Lei precisa de regulamentação infralegal, pois, inclusive, alguns dos seus dispositivos sofrem de insegurança jurídica atualmente.

Esse Lei prevê a produção *on farm* de bioinsumos, ou seja, a produção para uso próprio dentro das fazendas (sem caráter comercial). Para isso, o produtor deverá ser cadastrado e seguir um manual de boas práticas, não havendo necessidade de registro. Porém, até o momento, a Lei não explica como esse cadastro será efetuado, validado e fiscalizado – sequer há menção, no texto legal, sobre um cadastro a ser criado com o seu nome, autoridade competente etc.

Também não há previsão legal para a fiscalização de produção *on farm* por parte de um órgão federal. Isso ocorrerá somente em nível estadual, tendo como base apenas o cadastro, sem processo de validação claro. Tal fato pode comprometer a capacidade de atestar a segurança e a eficácia do produto, dependendo somente de informações autodeclaratórias dos produtores. Portanto, um ponto-chave dessa Lei será, sem dúvida, a elaboração de um manual de boas práticas.

Igualmente, para o registro de bioinsumos de uso comercial, a Lei prevê aprovação perante o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), com os Ministérios da Saúde (MS) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) somente assumindo um caráter consultivo. A falta de competência tripartite para o registro já ocorre na nova Lei de Agrotóxicos (Lei Federal nº 14.785/23) e é um dos principais argumentos de questionamento acerca da sua constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) – *vide* a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7701.

O argumento tem como base que a falta da autoridade do MMA e do MS na realização do registro dificulta a segurança dos defensivos em relação à saúde humana e ao meio ambiente. Além disso, aponta-se que a Lei de Agrotóxicos revogada continha a competência tripartite (Lei Federal nº 7.802/89). O fato de o registro para bioinsumos compartilhar desse dispositivo pode ensejar o mesmo questionamento jurídico que já ocorre com a Lei de Agrotóxicos no STF?

Ao permitir que a produção *on farm* de bioinsumos seja realizada somente se houver um cadastro, sem a sua devida validação e controle claros, o Brasil pode ensejar questionamentos sobre as suas seguranças sanitária e ambiental. Portanto, é essencial que a regulamentação dessa Lei, a ser feita em 2025, não só garanta segurança jurídica, mas também assegure de forma inquestionável os bioinsumos seguros para a saúde humana e o meio ambiente, evitando que uma agenda positiva se torne negativa para o País.

COP 30

Sem dúvida, o grande acontecimento de 2025 será a 30ª Conferência das Partes (COP 30, na sigla em inglês), a ser realizada em Belém, em novembro. Além de tratar das grandes pautas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, também em inglês), como o mecanismo global de carbono (artigo 6 do Acordo de Paris), o financiamento e a adaptação climáticos, a COP será uma grande vitrine para o País mostrar a sua liderança na agenda de sustentabilidade.

Nesse contexto, os pontos discutidos neste artigo terão extrema importância, em especial o cumprimento dessas Leis e das suas metas. Por fim, o combate ao desmatamento ilegal se torna um ponto-chave neste ano, já que permeia todas essas agendas, tanto no que diz respeito à eficácia das Leis, como no que toca à reputação do Brasil.

Em suma, 2025 será um ano de implementação de Leis já existentes, e não meramente de criação de novas. O Brasil precisará cumprir as suas promessas. ■

Não há dúvidas sobre o grande acontecimento do ano ser a COP 30, que terá Belém como sede, em novembro. Além das grandes pautas mundiais discutidas pela UNFCCC, a Conferência será uma ótima oportunidade para o Brasil demonstrar a sua liderança na agenda de sustentabilidade.

* Pesquisador do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV)

CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO AGRONEGÓCIO

IBDA®

PRESENCIAL E ONLINE

31 MARÇO 2025

HOTEL RENAISSANCE SÃO PAULO

Patrocinadores Master

BAYER

CERES INVESTIMENTOS

CNA SENAR ICNA

PINHEIRO NETO ADVOGADOS

reis ADVOGADOS

vbso advogados

Patrocinadores

ANA FRAZÃO ADVOGADOS

BM Bueno,Mesquita E ADVOGADOS

BRASIL SALOMÃO

itaú BBA

martinez &associados

NELSON WILIANS ADVOGADOS

SistemaOCB CNCOOP | OCB | SESCOOP

Apoio Institucional

abag

ABIMAQ

abisolo

ABLE

ABPA

ABRAPA

agro school

ANBIMA

andav

CAMARB

CVM

FGV CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

FIESP

ibdo

Insper AGRO GLOBAL

Sociedade Nacional de Agricultura

SRB

UMA

Informações e Inscrições

www.congressodireitoagro.com.br

IA E OUTRAS MODERNAS TECNOLOGIAS TRANSFORMANDO O AGRO

OSCAR BURD*

Nos últimos tempos, tem-se visto como a adoção da inteligência artificial e das modernas tecnologias tem transformado o agronegócio. Este artigo destaca as principais tecnologias usadas e descreve como elas são aplicadas em uma gama de atividades essenciais para as cadeias produtivas do agro. Além de listar os benefícios gerados com o uso de tais tecnologias, o artigo também aborda os desafios encontrados, especialmente considerando a vasta extensão territorial do Brasil. Por fim, é demonstrado como o uso inteligente dessas tecnologias cria a oportunidade única de as empresas do agro "pensarem fora da caixa", passando a conhecer e se apropriar de soluções e resultados inovadores, quiçá nunca vistos antes.

A ERA atual é marcada por uma rápida adoção de tecnologias que têm o potencial de transformar de modo radical o agronegócio. Entre elas, a inteligência artificial (IA) destaca-se como uma das principais tendências globais, possibilitando o processamento e a análise de grandes volumes de informações, sem precedentes.

Esse cenário apresenta tanto grandes oportunidades de crescimento para negócios e carreiras, como desafios para acompanhar e entender os reais benefícios dessas tecnologias modernas.

TECNOLOGIAS MODERNAS USADAS NO AGRONEGÓCIO

Vemos o uso crescente – e, muitas vezes, conjunto – de tecnologias recentes, criadas nos últimos vinte anos. Isso gera possibilidades nunca vistas antes, incluindo a aplicação e o uso das seguintes tecnologias:

- **IA –** é utilizada para a análise de grandes volumes de dados e a detecção de padrões;
- **Internet das Coisas (IoT, na sigla em inglês) –** conecta dispositivos para a coleta e a análise de dados em tempo real;



FOTO GERADA PELO AUTOR USANDO MICROSOFT COPILOT

- ***Drones* –** são empregados para o monitoramento, a pulverização e o mapeamento de lavouras;
- ***Big data*** – permite a análise de grandes volumes de dados para prever tendências;
- ***Blockchain* –** é utilizada para garantir a rastreabilidade e a transparência na cadeia produtiva agrícola;
- **Robótica e automação –** são utilizadas para tarefas como colheita e plantio;
- **Edição de genes (por meio do sistema de Repetições Palindrômicas Curtas Agrupadas e Regularmente Interespaçadas – CRISPR, na sigla em inglês) –** é uma tecnologia que permite o desenvolvimento de variedades de plantas com características desejáveis, como resistência a doenças;
- **Sensoriamento remoto –** utiliza satélites e *drones* para monitorar a saúde das plantas e do gado;
- **Sistemas de irrigação inteligentes –** são tecnologias que utilizam sensores para otimizar o uso de água na irrigação;
- **Aplicativos móveis –** são ferramentas que facilitam a gestão agrícola, o controle de estoque e o acesso a informações em tempo real.

BENEFÍCIOS GERADOS

São importantes os benefícios gerados pela IA e pelas modernas tecnologias listadas, entre os quais podemos citar:

- aumento na produtividade;
- redução nos custos;
- melhoria na qualidade dos produtos;
- maior sustentabilidade;
- melhor gestão agrícola;
- melhor planejamento;
- melhorias em processos;
- inovação contínua;
- melhores decisões; e
- aceleração no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

DESAFIOS ENCONTRADOS

Em todos os processos de implantação de tecnologias modernas, os desafios são comuns. Eles se tornam ainda mais frequentes devido à vasta extensão geográfica do Brasil.

Podemos mencionar, entre os vários desafios existentes, a falta de infraestrutura adequada, a ausência de profissionais qualificados nas empresas e a falta de conhecimento das empresas sobre as inúmeras soluções existentes e seus reais resultados de utilização.

"Podemos mencionar, entre os vários desafios existentes [para a implantação das tecnologias modernas], a falta de infraestrutura adequada, a ausência de profissionais qualificados nas empresas e a falta de conhecimento das empresas sobre as inúmeras soluções existentes..."

OPORTUNIDADE ÚNICA

Além de todos os benefícios mencionados, a aplicação da IA e das modernas tecnologias apresenta uma oportunidade única: a chance de "pensar fora da caixa". O uso inteligente e inovador dessas tecnologias, em conjunto, pode levar as empresas do agronegócio a soluções e resultados inovadores, nunca vistos antes em seus negócios.

Para que isso ocorra, é necessário ter uma visão ampla, precisa e crítica sobre como aplicar essas tecnologias na própria carreira e no próprio agronegócio. E um dos maiores desafios encontrados hoje é descobrir como desenvolver essa visão tão valiosa.

FORTALECENDO OS NEGÓCIOS

Do ponto de vista estratégico, é fundamental que as empresas do agronegócio busquem aplicar a IA e as tecnologias modernas no rumo do fortalecimento e da expansão de seus diferenciais competitivos.

Indo além, pensar fora da caixa implica ser criativo e trazer novas oportunidades para o crescimento e o fortalecimento de cada negócio. Essas novas oportunidades podem ser descobertas – e inventadas – com o uso da IA e das modernas tecnologias de um modo consistente e criativo.

"...pensar fora da caixa implica ser criativo e trazer novas oportunidades para o crescimento e o fortalecimento de cada negócio. Essas novas oportunidades podem ser descobertas – e inventadas – com o uso da IA e das modernas tecnologias de um modo consistente e criativo."

PRÓXIMO PASSO: COMO SABER MAIS SOBRE ESSE ASSUNTO?

Uma dúvida frequente que nos chega é: "como aplico a IA e essas tecnologias no meu agronegócio? Por onde devo iniciar?". Para se aprofundar no assunto, recomendamos a participação no curso Inteligência Artificial e Novas Tecnologias Aplicadas à Excelência e Gestão no Agronegócio, que será ministrado no Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro). ■

Para mais informações sobre o curso, acesse agro.fgv.br/cursos

* Mentor, CEO e diretor de Tecnologia, Inovação, Educação, Delivery e Customer Success da Success Consultoria – oscar.burd@success.srv.br

MONITORAMENTO DA SUSTENTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

BRUNO BENZAQUEN PEROSA[1], MARIA SYLVIA MACCHIONE SAES[2]

Cada vez mais, há pressão internacional para se comprovar a sustentabilidade dos produtos agroalimentares. Com a aprovação do EUDR na UE, as cadeias produtivas brasileiras têm criado e ampliado plataformas de monitoramento para informar os traders *europeus. Embora essas plataformas privadas alimentem-se de bases de dados públicas, este artigo questiona se o Estado não deveria agir diretamente, monitorando de fato os dados de interesse. Assim, em dezembro último, criou-se a Plataforma Agro Brasil + Sustentável, que gerará um relatório de conformidade para ser disponibilizado sem custos a todos os produtores rurais. Sistemas públicos como esse são essenciais, pois dão acesso a produtores que não podem arcar com as ferramentas privadas.*

AS CRESCENTES exigências internacionais para que os produtos agroalimentares comprovem sua sustentabilidade lançam um importante desafio para os agentes dessas cadeias produtivas. Fica evidente que essa difícil tarefa não pode ser resolvida individualmente, necessitando de um esforço coletivo dos agentes públicos e privados.

Nesse sentido, a exigência estabelecida pelo Regulamento da União Europeia para Produtos Livres de Desmatamento (EUDR, na sigla em inglês) – a nova lei antidesmatamento europeia – vem levantando o debate sobre de quem seria a responsabilidade de monitorar e comunicar as condições da produção agropecuária. A resposta está longe de ser simples e pode depender tanto do tipo de dimensão produtiva a ser monitorada, como da forma com que a cadeia produtiva está organizada.

Desde a aprovação do EUDR, em 2023, as principais cadeias exportadoras brasileiras começaram a buscar mecanismos próprios para garantir a continuidade do acesso ao mercado europeu. Associações de representação dos principais produtos exportados, como a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), vêm trabalhando na construção ou na ampliação de plataformas que permitam agregar as informações sobre seus associados de forma a informar os *traders* europeus sobre a sustentabilidade da produção local.

Esse esforço é totalmente legítimo e deve garantir, no curto prazo, o acesso ao mercado europeu, podendo, ainda, ser utilizado para outros clientes internacionais que façam exigências semelhantes. Contudo, fica o questionamento se esse tipo de sistema de monitoramento não deveria ser realizado, ou pelo menos complementado, por iniciativas públicas.

MONITORAMENTO PRIVADO E BASES DE DADOS PÚBLICAS

As plataformas privadas de monitoramento alimentam-se de bases de dados públicas, como o Cadastro do Produtor Rural (CPR), o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o sistema de Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), o Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO), os dados trabalhistas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os embargos ambientais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), entre outras. Ao reunir essas informações públicas, é possível gerar relatórios mostrando que a produção está em conformidade com a legislação brasileira ou que não infringe exigências externas, como o EUDR. No entanto, a funcionalidade dessas análises está diretamente ligada à qualidade e à precisão das bases públicas, reforçando a importância da verificação e do controle das informações para sua confiabilidade.

O caso do CAR é emblemático nesse sentido, pois, embora tenha uma grande relevância, uma parcela muito pequena dos cadastros foi verificada pelos agentes públicos, o que reduz a confiabilidade dessa informação. Alguns projetos estaduais, como o SeloVerde MG, visam justamente verificar esses cadastros por meio de análises geoespaciais, de forma a conceder aos produtores uma "prova" de que os dados reportados no CAR são verdadeiros e que as propriedades estão em conformidade com o Código Florestal.

Mas será que o Estado não deveria estar mais diretamente envolvido no processo de monitoramento, não somente pela geração de informações a serem utilizadas pelas plataformas privadas, como também pela própria construção de plataformas de monitoramento públicas? Além de reduzir os custos para o setor privado, plataformas públicas podem ser


SHUTTERSTOCK

consideradas bases de informação mais confiáveis, por não estarem sujeitas a conflitos de interesse como pode ocorrer em plataformas privadas (indiretamente controladas pelos próprios produtores).

"...será que o Estado não deveria estar mais diretamente envolvido no processo de monitoramento, não somente pela geração de informações a serem utilizadas pelas plataformas privadas, como também pela própria construção de plataformas de monitoramento públicas?"

SURGE UMA PLATAFORMA DE MONITORAMENTO PÚBLICA

Em dezembro de 2024, um primeiro esforço foi lançado: a Plataforma Agro Brasil + Sustentável. Esta consulta as bases de dados públicas de forma a gerar um relatório de conformidade que será disponibilizado sem custos para os produtores rurais. Somente eles terão acesso a essas informações, e cabe a eles decidirem se querem repassá-las para terceiros, como possíveis compradores.

A Plataforma irá consultar dados de uma gama de órgãos públicos: o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), o Sistema de Gestão Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SIGEF/Incra), o CAR, dados do MTE, entre outros. Tais informações podem ser organizadas de forma a cumprir vários protocolos ambientais exigidos, como o do EUDR que atualmente se discute. Mas é esperado que outros países importadores possam fazer exigências diferentes em um futuro próximo.

Ao que parece, o EUDR foi um importante catalisador para a organização das cadeias produtivas, de modo a buscar formas de monitoramento e comunicação de sustentabilidade. Além da impressionante organização das entidades privadas, a nova Plataforma Agro Brasil + Sustentável inicia um importante movimento de monitoramento do Estado brasileiro, que, historicamente, concentrava os seus esforços em questões sanitárias e de segurança dos alimentos. Esse movimento demonstra a compreensão de que, para manter a sua posição de destaque como um grande exportador de alimentos, o Brasil precisará comprovar a sustentabilidade da sua produção para os países importadores.

Nada impede que sistemas de monitoramento customizados sejam desenvolvidos pelos exportadores, mas é fundamental que existam sistemas públicos de monitoramento, acessíveis a todos os produtores. Se não, as exigências ambientais podem acabar por impedir o acesso de produtores menos capitalizados que não tenham como arcar com ferramentas privadas de monitoramento. Nesse sentido, o Brasil parece estar no caminho certo. ■

"...é fundamental que existam sistemas públicos de monitoramento, acessíveis a todos os produtores. Se não, as exigências ambientais podem acabar por impedir o acesso de produtores menos capitalizados que não tenham como arcar com ferramentas privadas de monitoramento."

Nota: este trabalho é parte do projeto de pesquisa "Regras ambientais no comércio agrícola internacional: uma análise dos impactos das restrições ambientais sobre as cadeias agroexportadoras brasileiras", financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Processo nº 405193/2023-8

1 Professor associado do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE-UFU)

2 Professora titular da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e coordenadora do Centro de Estudos das Organizações (CORS)

DESAFIOS CLIMÁTICOS E A SAÍDA DE GRANDES BANCOS DA NZBA

CAMILA GENARO ESTEVAM*

A NZBA é uma aliança bancária global criada para alinhar as atividades financeiras ao Acordo de Paris. Hoje, a Aliança sofre com a saída de grandes bancos dos EUA e do Canadá, expondo a influência de fatores políticos sobre as decisões financeiras na região. Nos EUA, a eleição de Trump intensificou as tensões em relação à NZBA. Já no Canadá, os bancos tentam equilibrar investimentos em iniciativas tradicionais e verdes. Porém, a situação é outra no Brasil: com uma agenda ambiental sólida, o País tem importantes bancos aderentes à NZBA e outros com suas próprias iniciativas sustentáveis. Assim, como catalisadores da descarbonização do agro pelo País, os bancos podem alavancar o Brasil no cenário global por meio de ações concretas e mensuráveis.

A RECENTE saída de grandes bancos norte-americanos e canadenses da Net-Zero Banking Alliance (NZBA) trouxe à tona uma das maiores tensões entre compromissos climáticos e interesses econômicos. Esse êxodo, liderado por instituições como J.P. Morgan, Bank of America, Goldman Sachs e, mais recentemente, os principais bancos canadenses, evidencia a crescente influência de fatores políticos, regulatórios e mercadológicos sobre as decisões estratégicas do setor financeiro na América do Norte. Embora esses bancos reiterem seu compromisso com a descarbonização, suas ações apontam para uma complexa rede de desafios e pressões que vão muito além do discurso ambiental.

Nos Estados Unidos (EUA), o contexto político desempenhou um papel decisivo. A eleição de Donald Trump, conhecido pela sua postura cética em relação às mudanças climáticas, reacendeu a hostilidade de estados liderados por republicanos contra iniciativas ESG (sigla em inglês para sustentabilidade ambiental, social e de governança corporativa). Esses governos têm acusado bancos e outras instituições financeiras de priorizarem metas climáticas em detrimento da economia, chegando a ameaçar tomar ações legais e efetivar a exclusão dessas instituições de contratos estatais, como é o caso de estados processando empresas sob a acusação de conspirar para reduzir a produção de carvão e, consequentemente, aumentar os custos de eletricidade. Como resultado, gigantes financeiros norte-americanos viram-se pressionados a abandonar a NZBA, um movimento que também se refletiu no Canadá, onde cinco dos seis maiores bancos do país anunciaram sua saída.

Criada em 2021 como uma parte da Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ), a NZBA surgiu com o objetivo de alinhar as atividades financeiras globais ao Acordo de Paris, promovendo a transição para uma economia de baixo carbono. A adesão inicial foi impressionante: mais de 140 bancos, representando US$ 74 trilhões em ativos, comprometeram-se a reduzir emissões financiadas e estabelecer metas intermediárias ambiciosas para setores como energia, transporte e agricultura. Contudo, as pressões políticas e econômicas começaram a desafiar a Aliança, especialmente na América do Norte. Nos EUA, 20% dos ativos dos membros da NZBA estavam sob o controle de bancos que optaram por seguir caminhos independentes agora. No Canadá, o impacto foi igualmente significativo, com instituições como o BMO, o TD, o Canadian Imperial Bank of Commerce (CIBC) e o Scotiabank justificando sua saída com base na maturidade de suas estratégias internas de descarbonização.

O abandono em massa da NZBA não deve ser interpretado como uma desistência completa dos compromissos climáticos. Muitos desses bancos destacaram avanços substanciais em suas próprias agendas de sustentabilidade, apontando que sua saída da aliança não os desobriga de alcançar a neutralidade de carbono até 2050. De fato, alguns afirmam que o espaço proporcionado pela NZBA foi crucial para estabelecer um ponto de partida, mas que, agora, se consideram suficientemente preparados para seguir de forma independente. No entanto, essas decisões levantam questões críticas sobre a eficácia das coalizões globais em enfrentar o desafio das mudanças climáticas, especialmente quando os interesses econômicos e políticos colidem com os objetivos ambientais.

Um ponto central de crítica para bancos norte-americanos e canadenses foi a percepção de que a adesão à NZBA poderia expô-los a riscos legais e de reputação. No caso dos EUA, a polarização política intensificou esse cenário. Líderes republicanos acusaram a aliança de promover práticas anticompetitivas, reduzindo o financiamento a setores de combustíveis fósseis e elevando os preços de energia. No Canadá, embora o ambiente regulatório seja menos hostil, as instituições financeiras enfrentam um equilíbrio delicado entre manter investimentos em setores tradicionais e expandir o financiamento para iniciativas verdes.

Esse cenário internacional reflete uma fragmentação preocupante nos esforços globais de financiamento climático. Enquanto bancos europeus, sujeitos a regulamentações climáticas mais rigorosas, reafirmam seu compromisso com a NZBA, a saída dos norte-americanos sinaliza uma lacuna significativa na liderança climática global. Países em desenvolvimento, particularmente na Ásia e na América Latina, que dependem de financiamento internacional para transições energéticas, enfrentam, agora, incertezas adicionais. Essa retirada pode não apenas enfraquecer a capacidade coletiva de mobilizar recursos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas também criar precedentes que podem encorajar outros bancos a reconsiderarem sua adesão a alianças climáticas.

"Essa retirada [dos bancos do Canadá e EUA da NZBA] pode não apenas enfraquecer a capacidade coletiva de mobilizar recursos para mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas também criar precedentes que podem encorajar outros bancos a reconsiderarem sua adesão a alianças climáticas."

PANORAMA NACIONAL

No cenário brasileiro, observamos uma tendência que contrasta com os recentes movimentos internacionais de saída de grandes bancos da NZBA. Prestes a sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP 30/UNFCCC, nas siglas em inglês) em novembro próximo, o Brasil mira a sua atenção para uma agenda climática mais sólida e consistente. Atualmente, o País conta com importantes instituições financeiras signatárias da NZBA, como o Itaú Unibanco e o Bradesco, além da unidade brasileira do Santander, que, como parte de um banco global signatário, também segue os compromissos da Aliança. Essas instituições assumiram o compromisso de alinhar suas carteiras de crédito às metas do Acordo de Paris, incluindo o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 °C até 2050.

Além disso, mesmo bancos que não são signatários da NZBA, como o Banco do Brasil (BB), têm se destacado por iniciativas inovadoras voltadas à sustentabilidade. É o caso, por exemplo, do **Programa Pecuária Mais Sustentável**, que é alinhado ao Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis (PNCPD). Essa iniciativa do BB combina concessão de crédito para recuperação de áreas degradadas com tecnologia, rastreabilidade e sustentabilidade, visando atender 40 milhões de hectares em dez anos. Na safra 2023/24, esse Programa desembolsou R$ 6,37 bilhões, beneficiando 1,6 milhão de hectares, reforçando o papel do BB como parceiro estratégico na descarbonização do agronegócio.

Nesse contexto, as instituições financeiras desempenham um papel central ao direcionar recursos para práticas sustentáveis no campo. Linhas de crédito alinhadas às metas do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura para o ciclo de 2021 a 2030 (**Plano ABC+**) têm sido fundamentais para estimular a adoção de tecnologias de baixo carbono, como o plantio direto, a recuperação de pastagens degradadas e sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF). Recentemente, uma medida do Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu incentivos diretos para produtores rurais, como a redução de 0,5 p.p. na taxa de juros de custeio para aqueles que comprovarem práticas produtivas sustentáveis por meio de certificações válidas.

Adicionalmente, a implementação de ferramentas tecnológicas, como o uso de inteligência artificial (IA) para análise de crédito e monitoramento via satélite, permite uma maior precisão no diagnóstico e no acompanhamento das ações financiadas. Esse alinhamento entre financiadores e produtores é essencial para garantir que o agronegócio brasileiro continue a ser competitivo enquanto avança em direção a uma economia mais verde.

2025: UM ANO DECISIVO PARA O BRASIL

Com a realização da COP 30 em Belém, no Pará, 2025 apresenta-se como um marco estratégico para a agenda climática brasileira. O evento destaca a oportunidade de o Brasil consolidar-se como um líder estratégico na integração entre sustentabilidade e agronegócio, fortalecendo o seu papel de promover práticas de baixo carbono e mecanismos financeiros inovadores. Além disso, será um momento crucial para integrar políticas públicas, como o PNCPD e o Plano ABC+, além de iniciativas privadas que impulsionam o desenvolvimento sustentável do setor.

O Brasil, com a sua vasta capacidade de mitigação e inovação no campo, está em uma posição única para liderar a descarbonização do agronegócio. Os bancos, ao desempenharem o papel de catalisadores dessa transformação, podem alavancar o potencial do agro brasileiro no cenário global e posicionar o País como uma referência em sustentabilidade climática, por meio de ações concretas e resultados mensuráveis. ■

Com a iminência da COP 30, que acontecerá em Belém, em novembro próximo, o Brasil foca em uma agenda climática mais consistente. Atualmente, conta com importantes bancos signatários da NZBA, que se comprometem a alinhar suas carteiras de crédito ao Acordo de Paris.

* Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – camila.estevam@fgv.br

ETANOL DE MILHO: SISTEMAS DE 2ª SAFRA E TRADICIONAIS

LUCIANE CHIODI BACHION
Sócia da Agroicone
SOFIA MARQUES ARANTES
Pesquisadora da Agroicone

ALIAR AS metas e os compromissos para alcançar a neutralidade climática, em níveis nacional e global, com o desenvolvimento sustentável é um dos maiores desafios da atualidade. Nesse contexto, o fortalecimento dos sistemas de produção e das estratégias com base em especificidades locais que promovam a transição energética é de fundamental importância para colocar os países no ambicioso caminho de descarbonização, necessário para garantir o cumprimento da meta de 1,5 °C estabelecida no Acordo de Paris.

O setor de energia é o principal emissor de gases do efeito estufa (GEE) em nível global, responsável por 73% do total emitido em 2020, sendo 22% do setor de transportes (rodoviário, marítimo e aéreo). Nesse cenário, os biocombustíveis têm um papel central, sendo a principal solução para a redução de emissões de GEE em diversos países e setores da economia. Desde o Acordo de Paris, tem havido uma ênfase significativa no desenvolvimento de combustíveis alternativos mais sustentáveis, a fim de contribuir para uma transição energética mais eficiente. Consequentemente, a busca por combustíveis limpos e viáveis dos pontos de vista técnico, de disponibilidade local e de conformidade ambiental tornou-se uma preocupação global.

Entre os biocombustíveis, o etanol tem um potencial significativo para atender a demanda energética no curto prazo, sendo a principal solução para reduzir as emissões de GEE no setor de transportes. Isso se deve, principalmente, ao fato de esse biocombustível ser produzido em larga escala, possuir tecnologia madura, apresentar infraestruturas física e institucional estabelecidas e ser viável economicamente. Os Estados Unidos e o Brasil são os maiores produtores mundiais de etanol, tendo sido responsáveis por 80% da produção mundial em 2022. No entanto, suas produções diferem em muitos aspectos, a começar pela fonte de matéria-prima.

Enquanto, nos EUA, o etanol é feito a partir de milho em safra única; no Brasil, é produzido a partir de cana-de-açúcar e de milho, sendo este último majoritoriamente de segunda safra. O Brasil começou a produzir etanol de milho em 2017, e, apesar da sua história recente, o produto brasileiro vem ganhando espaço como uma importante solução para a transição energética.

Esse fato está atrelado à capacidade do etanol de milho de reduzir em 80% as emissões de CO_2 equivalente em comparação à gasolina, podendo alcançar emissões negativas a partir de práticas de manejo e tecnologias mais avançadas. O milho brasileiro ainda é uma das únicas matérias-primas com um potencial de aumento de produção no curto prazo, sem necessidade de expansão de novas áreas produtivas, já que é cultivado após a colheita de soja, na mesma área e no mesmo período-safra. Em 2023/24, a produção brasileira de etanol de milho atingiu 6,26 bilhões de litros, representando 17% da produção brasileira de etanol.

"Os Estados Unidos e o Brasil são os maiores produtores mundiais de etanol, tendo sido responsáveis por 80% da produção mundial em 2022. No entanto, suas produções diferem em muitos aspectos, a começar pela fonte de matéria-prima."

Na tabela a seguir, pode-se observar alguns parâmetros comparativos entre o etanol de milho produzido nos Estados Unidos, o etanol de milho 2ª safra e o etanol de cana-de-açúcar. O etanol de milho produzido no Brasil diferencia-se em vários aspectos do etanol produzido em sistemas tradicionais, como o norte-americano.

A fonte de matéria-prima é a principal diferença entre eles. No Brasil, o etanol de milho é produzido principalmente a partir de milho 2ª safra, plantado após a colheita de soja, na mesma área e no mesmo ano agrícola, produzido em sistema de plantio direto. Já nos EUA, o milho é produzido em sistema de safra única ao longo do ano-safra e, portanto, compete por área com outras finalidades de produção.

Adicionalmente, o etanol de milho 2ª safra utiliza fontes de energia renováveis para cogeração de energia e vapor, ao invés de fontes fósseis, e possui uma maior rastreabilidade dos grãos. Esses diferenciais garantem uma redução significativa da pegada de carbono do etanol de milho 2ª safra

CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DE ETANOL NOS ESTADOS UNIDOS E NO BRASIL

Enquanto, nos EUA, o milho é produzido em safra única ao longo do ano, competindo por área com outras culturas; no Brasil, o etanol de milho é produzido a partir de milho 2ª safra, cultivado na mesma área em que foi colhida a soja e no mesmo ciclo.

PARÂMETRO	Etanol de milho 2ª safra brasileiro	Etanol de cana-de-açúcar brasileiro	Etanol de milho 1ª safra norte-americano
Agrícola			
Sistema produtivo	Segunda safra – plantado após a colheita de soja, na mesma área e no mesmo ciclo produtivo	Semiperene – primeira safra	Primeira safra de ciclo anual único***
Ciclo de cultivo (meses)	4	12 a 18**	3 a 5
Produtividade média (toneladas por hectare)	5,0 a 6,8	73,6	11,5 a 16,0
Área total (milhões de hectares)	17,2*	8,3	35,0
Industrial			
Produtividade do etanol (litros por tonelada)	400 a 430	70 a 80	417
Tempo aproximado de operação (dias)	360	180 a 240	345 dias****
Produtividade do etanol (litros por hectare)	3.200	7.000	4.000
Tempo de fermentação (horas)	Aproximadamente 40	10 a 12	45 a 60
Produtividade em 1 hectare	Etanol de primeira geração, DDG, WDG e óleo	Etanol de primeira e segunda gerações ou açúcar, bagaço, torta de filtro, melaço, vinhaça, bioenergia e biogás	Etanol de primeira geração, DDG, WDG e óleo
Principal fonte de energia para o processo produtivo	Cavaco de eucalipto e resíduos agroindustriais	Bagaço de cana	Gás natural e carvão mineral
Informações gerais			
Produção de etanol nacional (bilhões de litros)	6,0	29,7	59,0
Produção total da matéria-prima (milhões de toneladas)	102 (de milho)	713 (de cana)	390

DDG: grãos secos de destilaria; WDG: grãos úmidos de destilaria
*Área total de originação da produção existente de milho 2ª safra
**Período desde o primeiro plantio até a primeira colheita
***Nenhuma outra cultura é cultivada na mesma área durante o resto do ano
****Conforme dados de Lopes *et al.* (2016)
Fonte: Agroicone (2024)

e, consequentemente, uma menor emissão de GEE em comparação ao combustível fóssil.

Apesar de terem características diferentes, tanto o etanol de cana-de-açúcar como o etanol de milho são sustentáveis e necessários para uma transição energética acelerada e justa. A produção brasileira de etanol de milho tem uma maior capacidade de expansão rápida dentro do pacote tecnológico atual, principalmente porque há muita matéria-prima disponível e altamente escalável e a construção das usinas leva cerca de dezoito meses no Brasil. Por outro lado, a indústria canavieira tende a sustentar novas fases de crescimento com inovações que reduzem custos operacionais e aumentam o uso de biomassa.

A produção brasileira de etanol de milho deve aumentar ainda mais nos próximos anos, ocupando um papel importante para a transição energética e o cumprimento dos compromissos climáticos globais, estando alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). Os vários desafios deste século exigem soluções múltiplas e diversificadas, de curto, médio e longo prazos, que abordem aspectos específicos dos sistemas de produção, das tecnologias, das geografias e das condições socioeconômicas e institucionais de cada país e região. A diversificação e a complementariedade entre diferentes fontes para a produção de biocombustíveis serão fundamentais. ■

"A produção brasileira de etanol de milho tem uma maior capacidade de expansão rápida dentro do pacote tecnológico atual (...). Por outro lado, a indústria canavieira tende a sustentar novas fases de crescimento com inovações que reduzem custos operacionais e aumentam o uso de biomassa."

AGRICULTURA REGENERATIVA: A TEORIA CRUZA COM A PRÁTICA



ALTAMIRO ALVERNAZ
Desenvolvedor da Tecnologia do Consórcio Probiótico (TCP)

OS ENSINAMENTOS de Rattan Lal são memoráveis quando se trata do tema convincente da regeneração do solo. São aprendizados de uma personalidade agraciada com os Prêmios Nobel da Paz de 2007 e Mundial da Agricultura de 2018, além da experiência como professor emérito da Ohio University e de ser uma grande referência global na Ciência do Solo. Os argumentos gabaritados gozam de credibilidade científica.

As práticas de regeneração aumentam a capacidade do solo tanto para armazenar carbono, como para melhorar a saúde do ecossistema. A TCP aplica esses princípios fundamentais, com um acréscimo fundamental: o aumento de produtividade.

Enfim, os benefícios dos manejos sustentáveis vão além da agricultura, pois também revitalizam os solos e reconstroem a biodiversidade do ambiente global.

CORRELAÇÃO ENTRE RATTAN LAL E A TCP

Os principais pontos que nos ajudam entender a associação entre o laureado cientista do solo e a TCP são:

- **Saúde do solo e matéria orgânica –** a importância de restaurar e manter a matéria orgânica no solo é crucial para o sequestro de carbono e o equilíbrio do ambiente. A TCP aplica os ingredientes promotores de equilíbrio microbiano na decomposição de matéria orgânica. Por sua vez, o aumento da biodiversidade microbiana melhora a estrutura e a capacidade do solo de reter carbono. Assim, os solos ricos em matéria orgânica podem atuar como sumidouros de carbono e disponibilizar mais nutrientes.

- **Efeito de microrganismos no sequestro de carbono –** a TCP utiliza a metodologia de equilíbrio do ambiente para otimizar o funcionamento do solo, o que se reflete diretamente nos microrganismos probióticos e se relaciona com os ensinamentos de Lal sobre o papel das comunidades microbianas no solo. Microrganismos são cruciais para a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos orgânicos e a criação de condições que melhoram o armazenamento de carbono.

- **Agricultura regenerativa –** grande defensor da agricultura regenerativa, Rattan Lal ressalta o uso de práticas como plantio direto, rotação de culturas e uso de adubos verdes. Todas elas contribuem para a melhoria da saúde do solo. Alinhada com esses princípios, a TCP propõe soluções para promover a reconstituição rápida da biologia e o aumento da saúde e da produtividade do solo.

- **Redução da dependência de insumos químicos –** Lal e a TCP sugerem que a redução no uso de insumos químicos, como fertilizantes sintéticos, é essencial para promover solos mais saudáveis e resilientes. O estudioso aponta que fertilizantes químicos podem levar à degradação do solo a longo prazo. Já a TCP, por meio da metodologia de equilíbrio do ambiente produtivo, reduz a necessidade de fertilizantes e pesticidas químicos na prática ao restaurar a capacidade natural do solo de nutrir as plantas.

AGRICULTURA DO SÉCULO XXI

Os ensinamentos e os aprendizados de Rattan Lal sobre o manejo sustentável do solo e o sequestro de carbono encontram eco nas diversas formas de manejo sustentáveis da agricultura. A TCP traduz esse processo para a prática. A teoria, as pesquisas na Academia e os resultados práticos com ganho econômico formam uma tríade de respeito. Tal cruzamento representa uma excelente ferramenta para acelerar a transição da agricultura convencional para a regenerativa. ■



CURSO

USO CORRETO E SEGURO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

NA PLATAFORMA EAD COOPERATIVO

Está disponível na plataforma de capacitação **EAD Cooperativo** o curso **"Uso Correto e Seguro de Defensivos Agrícolas"**, oferecido em parceria com o **Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg)**.

Com módulos sobre Segurança na Aplicação e Tecnologia de Aplicação, o curso 100% on-line e gratuito aborda os principais aspectos sobre aquisição, transporte, armazenamento e manejo de agrotóxicos, com aprendizado simples e prático quando e onde quiser. Certificado disponível para download ao final do treinamento.

Público-alvo: Produtores rurais, gestores e técnicos agrícolas das cooperativas agro paulistas.

Saiba mais e inscreva-se no site **www.sistemaocesp.coop.br** ou pelo QR Code

E-mail: relacionamento@sescoopsp.coop.br

@sistemaocesp

SistemaOcesp

sindiveg

ANO COMEÇA COM SINAIS TROCADOS QUE PENALIZAM O AGRO



TIRSO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

ESTE ANO começa com incertezas para o setor agropecuário brasileiro diante das declarações do Governo sobre taxação das exportações agrícolas. O agronegócio, que, há anos, é um dos principais responsáveis pelo superávit da balança comercial, enfrenta desafios, como a alta nos custos de produção, baixos preços das *commodities* e pressões ambientais. A medida proposta levanta preocupações quanto aos impactos sobre a competitividade do setor e o crescimento econômico do País. Esses sinais trocados do governo federal, que penalizam o setor que produz, mostram a falta de conexão com a realidade do homem do campo.

A taxação das exportações pode gerar efeito contrário ao esperado, reduzindo a rentabilidade dos produtores e desestimulando investimentos no campo. O Brasil consolidou-se como um dos maiores exportadores de grãos e carnes do mundo, e qualquer política que onere o setor pode prejudicar sua posição no mercado global. Hoje, o País responde por cerca de 10% de toda a produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar não apenas dos brasileiros, mas de parte expressiva da população mundial. A insegurança gerada por essa proposta também pode afetar a confiança dos investidores e comprometer a expansão da produção.

Além disso, o agronegócio já opera com margens reduzidas ou negativas, pelos altos custos de insumos como fertilizantes, combustíveis, defensivos agrícolas e energia. Novas taxações podem reduzir ainda mais a competitividade dos produtos brasileiros, favorecendo concorrentes de outros países que oferecem condições mais favoráveis. Isso pode resultar em uma perda de mercado e em menor entrada de divisas no País. O Governo já cortou recursos do seguro rural no início do ano e mudou as regras dos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), ferramentas importantes para garantir a segurança dos produtores e recursos para a melhoria contínua da produção.

Outro ponto de preocupação é o impacto da medida sobre a geração de empregos e a economia das regiões agrícolas. O agronegócio é um dos principais motores da economia brasileira, empregando milhões de pessoas direta e indiretamente. Qualquer ação que reduza o nível de atividade do setor pode levar a cortes de postos de trabalho e a uma desaceleração econômica em diversas regiões do País. Com o impacto dessas medidas sobre as áreas rurais, pode-se ver não apenas a diminuição da produção, mas também a aglomeração de pessoas nos grandes centros em busca de opções de trabalho.

Diante desse cenário, o setor produtivo tem manifestado, com grande ênfase, oposição à proposta e defendido um diálogo mais aprofundado com o Governo. Especialistas apontam que soluções alternativas, como incentivos à produção, redução de tributos e melhorias na infraestrutura logística, poderiam gerar benefícios para o País. A previsibilidade e a estabilidade regulatória são fundamentais para garantir a continuidade do crescimento do setor.

Um plano de médio prazo, nos moldes da Farm Bill norte-americana, com recursos definidos e programas específicos, livres de contingenciamento, seria a melhor forma de garantir a continuidade das políticas públicas. A FAESP, assim como as demais federações, tem trabalhado com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) no sentido de conscientizar o Governo sobre os riscos das medidas veiculadas.

Desta maneira, é essencial que o Governo avalie os impactos dessa possível taxação antes de implementá-la. Medidas que afetem a principal fonte de superávit da balança comercial podem ter consequências indesejadas para a economia brasileira. Equilíbrio fiscal, melhoria do ambiente de negócios e incentivos à produção devem ser buscados para garantir que o agronegócio continue contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Brasil. ■



PRODUZIR

EXPECTATIVA DE CRÉDITO MAIS CARO PARA O AGRONEGÓCIO

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O ANO de 2025 pode trazer sinais de recuperação ao agronegócio, principalmente pela colheita maior na safra de grãos, mas ainda há pontos cruciais que preocupam – e muito – o produtor rural.

Uma das questões que merecem nossa atenção é o financiamento da agropecuária. As incertezas econômicas e a alta na inflação levam, agora, ao cenário de juros ainda mais altos, o que vai encarecer o crédito para todos, mas prejudicar especialmente o agronegócio.

Historicamente, os produtores rurais contam, no Brasil, com o chamado Plano Safra, um conjunto de programas e medidas do Governo que inclui a oferta de linhas com taxas de juros mais baixas. Contudo, a questão é que, quanto maior for a taxa básica de juros no País, mais caro fica para o Governo subsidiar essa diferença para manter um nível de juros mais baixo aos agricultores e pecuaristas.

Especialistas têm alertado sobre como será, neste ano, ainda mais difícil – e mais caro – para o Governo aumentar o volume de recursos do Plano Safra com juros controlados. Na época em que foi anunciado o Plano em 2024, a taxa Selic estava em 10,50% a.a., mas os juros já subiram para 12,25% a.a. em dezembro do ano passado e foi projetado pelo boletim Focus, do Banco Central do Brasil (BCB), que eles devem atingir 15,00% a.a. no final deste ano.

Mesmo em 2024, já houve um recuo nos desembolsos do crédito rural. O crédito com juros controlados, segundo o BCB, entre julho e novembro do ano passado, ou seja, para a safra 2024/25, teve uma queda de 23,5% no valor movimentado.

No mesmo período, houve um aumento na captação de recursos via ferramentas como as Cédulas de Produto Rural (CPRs) ou Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Isso até poderia ser uma boa notícia, sendo as fontes privadas essa luz no fim do túnel, ou uma alternativa, para o financiamento do agro. Porém, infelizmente, o cenário também é desafiador para esse universo do mercado de capitais.

Já neste início de ano, tivemos uma má notícia em relação aos Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). Ao anunciar os detalhes da reforma tributária, soubemos que, entre os vetos presidenciais ao projeto, estava o fim da isenção de impostos para os Fiagro.

A garantia de não taxar esses mecanismos foi amplamente debatida e negociada no Congresso Nacional. Agora, nossa Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) terá de fazer um trabalho intenso, de novo, para que o veto seja derrubado e, assim, os Fiagro possam seguir atraentes aos investidores. É de lá que virá parte dos recursos que estão faltando no financiamento público ao agro. Por isso, não podemos retroceder nesse aspecto.

Outro aspecto que pesou negativamente na oferta de crédito ao agro foi o aumento das recuperações judiciais no setor ao longo de 2024. Nesse cenário, bancos ficam ainda mais criteriosos para conceder financiamentos e as novas ferramentas disponíveis no setor privado tendem a permanecer com juros ainda caros ao produtor, em meio ao clima de cautela por parte dos investidores.

Nosso pedido é que Governo, empresários e instituições financeiras sigam sensíveis ao papel fundamental que o agronegócio desempenha na economia brasileira e à importância de seguir viabilizando o custeio das lavouras e a renegociação de dívidas para aqueles que ainda enfrentam dificuldades. Enquanto isso, faremos a nossa parte para agradecer o clima mais favorável deste ano e colher a maior safra da história no Brasil, sempre comprometidos com o futuro do nosso Planeta. ■

"Uma das questões que merecem nossa atenção [e que preocupam o produtor rural em 2025] é o financiamento da agropecuária. As incertezas econômicas e a alta na inflação levam, agora, ao cenário de juros ainda mais altos, o que vai encarecer o crédito para todos, mas prejudicar especialmente o agronegócio."

OPINIÃO

SÃO PAULO É O LÍDER AGROAMBIENTAL DO BRASIL

GUILHERME PIAI FILIZZOLA

Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, produtor rural e empresário



O AGRONEGÓCIO do estado de São Paulo alcançou novos patamares históricos em 2024, destacando-se pelo recorde no valor das exportações e no saldo da balança comercial. O setor exportou um total de US$ 30,64 bilhões, o que representa um aumento de 6,8% em comparação ao ano anterior. Com isso, o superávit da balança comercial do agronegócio paulista atingiu US$ 25,00 bilhões, um crescimento de quase 6,0% em relação a 2023.

Segundo levantamento do Instituto de Economia Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IEA/APTA), o agro paulista representa 43,2% de tudo o que é exportado por São Paulo. Um fato inegável, com a divulgação da balança anual, é a intrínseca ligação entre a *performance* paulista em comércio exterior e as cadeias produtivas do agronegócio estadual. Para além do levantamento quantitativo do setor agropecuário de São Paulo, o estado desempenha um papel de vanguarda no que tange à adequação das propriedades rurais ao Código Florestal brasileiro, o que confere a ele o título de potência agroambiental.

No mesmo ano em que liderou as exportações nacionais e desempenhou um papel estratégico para a balança comercial paulista, São Paulo também atingiu a marca de 100 mil Cadastros Ambientais Rurais (CARs) validados. Além disso, o estado entregou mais de 3 mil títulos rurais para assentados e liberou o maior montante de crédito rural da história do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), tanto para o desenvolvimento das propriedades, quanto para o enfrentamento dos extremos climáticos, com o maior recurso destinado a seguro rural que São Paulo já viu – R$ 100 milhões apenas em 2024. Fechou o ano, ainda, em uma parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico com a Desenvolve SP, destinando R$ 200 milhões especificamente para o aumento da área irrigada em pequenas e médias propriedades.

Os setores sucroenergético e de sucos, a pecuária, os produtos florestais, a soja e o café são os mais representativos em montantes de exportação da produção paulista, mas o nosso agro não se restringe apenas a esses grandes produtos, porque é justamente a diversificação que dá ao setor de São Paulo sua resiliência incomparável. Somos o berço de uma gama infinita de culturas, cada uma com sua região e posição estratégica nos mercados interno e externo bem estabelecidas.

Sob liderança do governador Tarcísio de Freitas, o agronegócio paulista tem investido no que comprovadamente é eficaz. O nosso pré-sal caipira nunca teve tanto reconhecimento, por sua neutralidade climática e por sua facilidade logística. São Paulo vem priorizando a paz no campo, a segurança jurídica, a adequação ambiental e a recomposição para além do que o regramento exige e o suporte aos pequenos e médios produtores por meio de crédito e assistência técnica.

Em 2024, São Paulo foi responsável por quase 19% das exportações do agronegócio brasileiro, com apenas 3% da área do Brasil. Esse resultado é fruto da dedicação e persistência das mulheres e homens do campo paulista por fazer que cada palmo de terra desse estado seja produtivo. O agro de São Paulo segue impulsionando o desenvolvimento social e econômico por onde passa e, ao mesmo tempo, garante a segurança alimentar dos brasileiros e de grandes parceiros comerciais mundo afora. ■

"Para além do levantamento quantitativo do setor agropecuário de São Paulo, o estado desempenha um papel de vanguarda no que tange à adequação das propriedades rurais ao Código Florestal brasileiro, o que confere a ele o título de potência agroambiental."



REFLEXÃO

SEMPRE FOI E SERÁ AGRO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Mesmo que você esteja em uma minoria, a verdade ainda é a verdade.
Mahatma Gandhi

O BRASIL já estava em verão na virada de 2024, em plena festa de maritacas barulhentas que esverdeiam o céu e cigarras que atraem as águas, derramando o cinza do branco das nuvens, que, ao sol exuberante e chuvas criadoras, faz crescer muito o verde que alimenta e sustenta vidas e motores no universo brasileiro.

Esse verdadeiro "fetiche" tropical ainda está em processo de conhecimento no mundo do Norte, onde se veem narrativas desconcertantes e incorretas sobre a agricultura brasileira. Os relatos são um misto de surpresa e ignorância, mas, principalmente, uma reação de susto e medo aos números impressionantes da produção agropecuária e agroindustrial brasileira.

Por um lado, há um alívio pela segurança alimentar; por outro lado, um receio da capacidade de crescimento da oferta de produtos do agro, desde a comida aos combustíveis renováveis, às embalagens, ao papel e celulose, às flores e aos materiais outros.

No Brasil, o agro é um terço do Produto Interno Bruto (PIB) e um terço do emprego. É 40% do mercado mundial de soja, metade das vendas de açúcar no mundo, 80% do suco de laranja consumido no Planeta, 25% da carne bovina, e por aí vai.

É possível entender o que é o protagonismo brasileiro no agro global! É plausível avaliar os sustos lá de fora. Mas é possível compreender o descaso de uma parte da nossa sociedade e de uma parcela da nossa classe política com o agro? Por quê?

Pode-se buscar uma explicação simples, mas pobre. O "pessoal do agro" é composto de figuras com terras nas unhas, mãos ásperas, que ralam de sol a sol, amam a natureza, têm seus princípios, convicções e uma fé inabalável.

Seria isso? Isso é muito trivial, não?

Trata-se de um grupo de produção agroindustrial a céu aberto, enfrentando os riscos climáticos, e, por isso, composto de pessoas muito religiosas. Afinal, plantar sem saber o que vai ser é profissão de fé! A religião torna-os mais fortes e os deixa em condições de resistir e de lutar. E todos, no mundo, dependem deles.

Aliás, o mundo como é hoje – as cidades – existe graças a eles e sua descoberta da agricultura, dezenas de milhares de anos atrás, após um difícil período humano de coletar/caçar, como nômades que eram. Hoje, são urbanos e buscam rotular os produtores, que, até pouco tempo atrás, todos eram.

A visão do processo de industrialização e de *commodities* com menor valor agregado não passou pelas portas do século XXI. Hoje, somos parte de uma forte bioeconomia, agregando valor à biomassa, que gerou tudo isso que está aí e que é a luz do equilíbrio ambiental!

Entre narrativas de desconhecimento ou de interesses contrariados, a caravana da bioeconomia cria e caminha ao futuro, investindo em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que levará a bioinsumos, inteligência artificial, biocombustíveis nos diversos meios de transporte, redução de gases do efeito estufa, alimentos, fibras, flores e materiais.

Será fundamental investir cada vez mais em P&D e na educação e capacitação de profissionais, além de políticas públicas positivas à bioeconomia para a sustentabilidade de uma oferta crescente e constante, em colaboração público-privada e a partir de alianças internacionais. ■

"...o mundo como é hoje – as cidades – existe graças a eles [os produtores rurais] e sua descoberta da agricultura, dezenas de milhares de anos atrás, após um difícil período humano de coletar/caçar, como nômades que eram. Hoje, são urbanos e buscam rotular os produtores, que, até pouco tempo atrás, todos eram."

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.



30 ANOS DE DEDICAÇÃO AO AGRO BRASILEIRO

Se o agronegócio brasileiro hoje alcançou um patamar de protagonismo global, esse resultado se deve ao trabalho realizado por todas as pessoas que vivem do agro, com o agro e para o agro.

A ABAG continuará em sua missão de defender as demandas do nosso setor, auxiliando em seu desenvolvimento sustentável, estimulando a criação de novas tecnologias, fomentando novas parcerias, sendo o interlocutor entre os diversos stakeholders, elaborando propostas e projetos para que o agro se mantenha competitivo e sustentável.

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS
PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO